

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

NATHAN BARBOSA DOS SANTOS

**GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES
E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**

Porto Alegre

2019

NATHAN BARBOSA DOS SANTOS

**GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES
E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Nathan Barbosa dos
Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e a construção
das relações de raça no Brasil / Nathan Barbosa dos
Santos. -- 2019.
87 f.
Orientador: Pedro Cesar Dutra Fonseca.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Gilberto Freyre. 2. Florestan Fernandes. 3.
Relações Raciais. 4. A integração do negro na
sociedade de classes. 5. Teoria Cultural Marxista. I.
Fonseca, Pedro Cesar Dutra, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATHAN BARBOSA DOS SANTOS

**GILBERTO FREYRE, FLORESTAN FERNANDES
E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de maio de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão
UFPR

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior
UFRGS

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho acadêmico não teria sido possível sem a participação e apoio de uma série de pessoas importantes para mim. É curioso que em um tempo tão curto – aproximadamente dois anos de mestrado e um ano de redação da dissertação – tantas experiências e pessoas diferentes tenham contribuído para tal. Não necessariamente em ordem de importância, nem mesmo cronologicamente, gostaria de mencioná-las, com a possibilidade de esquecer de alguém inadvertidamente.

Lilian Cristina da Silva, pelo suporte que começou muito antes de que eu pudesse imaginar que seguiria uma carreira acadêmica. Ela é o ponto de partida de qualquer sucesso que eu possa ter e acredita no meu potencial infinitamente mais do que eu mesmo. Este texto tem muito dela, de sua leitura crítica e interessada e da nossa cor, através dela que consegui perceber a magnitude de ser negro em nossa sociedade.

Pedro Cezar Dutra Fonseca, que investiu na ideia da dissertação desde o começo, embora o tema tenha saído de sua área de especialidade. Ele esteve sempre pronto a realizar as correções, não se furtou de discussões importantes e apoiou-me quando estive inseguro quanto a viabilidade da realização deste trabalho. Não me esqueço que em uma de nossas primeiras conversas após a definição do projeto de dissertação ele me disse que, assim como sua tese, eu não defenderia este trabalho em nenhum outro centro. Fico extremamente contente e lisonjeado pelo voto de confiança que assim me foi dado.

Leandro Zanini Matias e Vinícius Azevedo Bastos, dois queridos amigos na vida e nos devaneios acadêmicos. Nossas discussões sobre a revolução que há de vir, o capitalismo, a economia e a academia são quase sempre tão extensas e tão boas quantos nossas discussões sobre as amenidades que nos uniram desde o primeiro dia de aula da graduação.

Marina Fabris Gonzatto, um encontro e uma surpresa maravilhosa já na parte final do mestrado. Ela me proporcionou um alívio sem tamanho, no período em que cada dia a menos era um acúmulo grande de ansiedade. Foram ótimos os instantes de redação na sua companhia, perdendo apenas para os momentos de não-redação.

Felipe Costa da Silva Freitas, Gabriel Molina Kiss, Gregory Almeida Barbosa e Victor Alencar. Não só suportaram minhas crises, como me receberam de volta em todas as oportunidades, me ajudando manter a sanidade com a distância geográfica que tive que manter. As conversas, os encontros, as inúmeras mensagens e conversas e, por incrível que pareça, o frete, tendo aceitado me trazer e levar nas mudanças entre Porto Alegre e São Paulo.

Não poderia deixar de citar os colegas de mestrado, com os quais dividi reflexões importantes, nem mesmo os economistas que conheci através do Movimento Economia Pró-gente, que ajudaram a transformar o modo como me vejo e como vejo o mundo.

Por fim, desejo registrar que a inspiração e o mote do presente trabalho residem na condição em que me percebi. Não creio que devo me especializar ou restringir-me a trabalhar temas raciais na academia, no entanto, este se justifica pela solidão que toma forma em ser um acadêmico negro na Economia. Poucos colegas, nenhum professor e um baixo horizonte de transformação desse cenário. Que este trabalho possa servir, mesmo que marginalmente, para reafirmar a interlocução negra na ciência e história econômica brasileira. Tenho consciência de que a mim não cabe nenhum pioneirismo ou vanguarda, mas sei, também, que muito ainda há de ser feito. Este é, para mim, o começo.

Meu caro,

Te escrevo de um futuro distópico de filme de ficção, onde esse futuro se tornou presente há muito já e a distopia se desenhou há séculos, incólume.

Te escrevo de um lugar que tirou a minha capacidade de se alegrar só e consigo. Onde só restou solidão.

Te escrevo de um lugar onde a solidão escolhe a quem atacar.

Te escrevo de um lugar que para onde se olhe não se vê viva alma. Que te lembra que ali não se verá viva alma como a tua. Que colore tua alma de cores que não são as tuas, como quem quer confortar.

Te escrevo de um lugar que me mata, todo dia mais um pouco, enquanto não mata por todo e finalmente.

Te escrevo de um lugar que me cobra, contas que não são as minhas, mas deixa de cobrar contas que tem endereço mais que certo e conhecido.

Te escrevo de um lugar que me culpa, com culpas que não são as minhas, que me responsabiliza de falhas e defeitos criados por quem criou esse lugar.

Te escrevo de um lugar que me marca, com marcas que são dos meus antepassados, marcas de açoite e ferro em brasa, marcas que o tempo não pôde apagar.

Te escrevo de um lugar que me apaga, tratora e desgasta. Apaga as histórias que outrora se ouvia e tinha quem fosse escutar.

Te escrevo de um lugar que nega o passo da história, nega a construção ativa da história. Um lugar que o destino se cria antes mesmo dele começar.

Te escrevo como quem risca e apaga, manda uma carta sem data, sem destinatário e um lugar pra chegar.

RESUMO

O presente trabalho discute, sob a tríade interpretativa *autor-obra-público* – proposta por Antonio Candido e expandida por Élide Rugai Bastos –, a construção das relações de raça no Brasil a partir da contribuição de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Deste modo, a pesquisa se volta às duas obras dos autores que discutiram a questão racial, findando num debate entre si, estas sendo, *Casa-grande & senzala* e *A integração do negro na sociedade de classes*. Para além, o recorte proposto considera a existência hegemônica de uma ideologia dominante, para a qual as interpretações dos autores apresentam uma adição ou contraponto. A estrutura se divide, portanto, além de uma contextualização presente na introdução, em um capítulo dedicado a discussão da formação e influências dos autores, possibilitando a compreensão de suas apreensões metodológicas e visão de mundo. O capítulo subsequente se dedica a revisão crítica das obras dos dois autores, apresentando leituras de outros teóricos, bem como uma interpretação própria. Em sequência, fica introduzido o debate entre as duas contribuições e sua consequente influência com a compreensão geral da sociedade quanto às relações raciais. Por fim, as considerações finais concluem o presente esforço de pesquisa retomando os elementos de conformação do *establishment* racial que pertencem ao ideário dos autores. Verificou-se que, pela agenda política e adesão ideológica dos autores, suas obras emprestam, ainda que marginalmente, elementos relevantes ao *establishment* de percepção racial da sociedade, possibilitando uma construção ativa ou contraponto determinante às ideias dominantes, correspondente à dinâmica de formatação enquadrada a partir da teoria cultural marxista.

Palavras-chave: Gilberto Freyre. Florestan Fernandes. Relações raciais. A integração do negro na sociedade de classes. Teoria cultural marxista.

ABSTRACT

This paper discusses the construction of race relations in Brazil, based on the contribution of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes, under the *author-work-public* interpretative triad proposed by Antonio Candido and expanded by Élide Rugai Bastos. Thus, the research turns to the two works of the authors who discussed the racial question, ending in a debate among themselves, these being *Casa-grande & senzala* and *A integração do negro na sociedade de classes*. Moreover, the proposed cut considers the hegemonic existence of a dominant ideology, for which the authors' interpretations present an addition or counterpoint. The structure is divided, therefore, beyond a conceptualization present in the introduction, in a chapter dedicated to the discussion of the formation and influences of the authors, making possible the comprehension of their methodological apprehensions and worldview. The subsequent chapter is devoted to a critical review of the authors' contribution, presenting readings from other theorists, as well as an interpretation of our own. In the sequence, the debate between the two theories and its consequent influence with the general understanding of the society in respect to race relations is introduced. Finally, the concluding remarks the findings of the present research effort by retaking the conformation elements of the racial establishment that belong to the authors' ideas. It was verified that, through the political agenda and ideological adherence of the authors, their works lend, albeit marginally, elements relevant to the establishment of racial perception of society, enabling an active construction or decisive counterpoint to dominant ideas that corresponds to the dynamic formation embodied in the Marxist cultural theory.

Palavras-chave: Gilberto Freyre. Florestan Fernandes. Racial relations. *A integração do negro na sociedade de classes*. Marxist cultural theory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES	14
2.1	VIDA E INFLUÊNCIAS DE GILBERTO FREYRE	14
2.2	VIDA E INFLUÊNCIAS DE FLORESTAN FERNANDES.....	24
3	CASA-GRANDE & SENZALA E A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES	39
3.1	CASA-GRANDE & SENZALA: A SUPERAÇÃO REACIONÁRIA DO RACISMO CIENTÍFICO	39
3.2	A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: CONTRAPONTO E MANUTENÇÃO	58
4	A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS: A CONSUBSTANCIAÇÃO DA LITERATURA ACADÊMICA E O SENSO COMUM.....	72
4.1	CULTURAS RESIDUAIS E EMERGENTES: A BASE TEÓRICA DA TRANSPOSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE RAÇA A PARTIR DA BASE MATERIAL	72
4.2	A TEMPO E FORA DE TEMPO: OBRAS SELECIONADAS COMO CENTRO DO DEBATE.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS.....	85

1 INTRODUÇÃO

A formação do Brasil é marcada por ímpar multiplicidade de origens, culturas e etnias. Tal afirmação pode soar como imediata obviedade; entretanto, feitas algumas qualificações, pode-se afastar essa noção. O Brasil tem como ponto de partida o entrelace da diversidade étnica e cultural, um eufemismo em sua “descoberta” e o subsequente desenvolvimento violento do sistema colonial. Este entrelace, por sua vez, responde a transformação de um território e um ajuntamento de pessoas em um sistema produtivo; primeiro, o escravagismo colonial, e; posteriormente, o capitalismo. Isso implica que o entrechoque cultural e étnico se determinava ora pelo modo de produção escravocrata e colonial e ora na desarticulação desse sistema seguido do desenvolvimento capitalista. Assim, delimita-se uma dupla dimensão na ideia de “formação do Brasil”. Resta a ideia de que desta decorrem um fenômeno social e outro econômico ou determinações sociais decorrentes do desenvolvimento da dimensão econômica. Agora tem-se que: a formação do Brasil é marcada por ímpar multiplicidade de origens, culturas e etnias que se relacionam sob a égide de um sistema produtivo.

Dada a transição do modo produtivo escravista para o capitalista-assalariado, tal amplitude étnica e cultural manifestou-se na conformação de relações de raça com especificidades peculiares ao caso brasileiro. Portanto, esta pesquisa volta seus esforços para a investigação deste processo, procurando desvelar parte dessa construção partindo da interação entre o conhecimento científico e a realidade concreta da sociedade. Mais especificamente, as contribuições de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, em suas obras *Casa-grande & senzala* e *A integração do negro na sociedade de classes*, debruçam-se sobre a construção das relações de raça no Brasil e, tem-se como pressuposto, participam desta. É inadiável que se compreendam as origens históricas do atual estado da percepção racial no Brasil e, como adição a essa compreensão, estrutura-se a presente dissertação. As interpretações do Brasil por estes dois autores clássicos de sua sociologia são ferramentas ímpares para tal exercício.

Antes de prosseguir com a estrutura da presente pesquisa vale definir o quadro histórico que serve de cenário a esta investigação. Partindo dos dois grupos que, sob perspectiva do modo de produção, relacionaram-se para a formação do Brasil têm-se a população colonizadora e a mão de obra associada. O primeiro grupo era composto majoritariamente por portugueses e, o outro, por indígenas – em primeiro momento e em menor proporção – e negros – abastecidos pelo intenso tráfico humano vindo da África que se estendeu pelos séculos XVI à XIX. Por cerca de meio século após a desarticulação modelo colonial com a Proclamação da

Independência, arrastou-se um período gradual de liberação da mão de obra escrava o que gerou a manutenção das relações de trabalho e produção durante o Império até a Primeira República. A geração de riqueza neste modo de produção continuou tendo a produção agrícola, sob a propriedade latifundiária concentrada e mão de obra escrava. É evidente que a desagregação desse sistema provocou a transformação de seus agentes, senão em essência, ao menos em aparência. O português, o indígena e o negro africano tornam-se cada vez mais *brasileiros* e a clara linha de cor que os separava parece cada vez mais desvanecer. Entretanto, o surgimento e desenvolvimento capitalista e os processos que deles sucedem trataram de evidenciar o contrário.

Com a tardia abolição da escravidão e a sucessiva Proclamação da República a população livre no Brasil, bem como a mão de obra disponível ao trabalho assalariado, tem um maciço incremento pela liberação da população negra ex-escrava. O trabalhador livre, antes caracterizado pela população não detentora de terra, imigrantes – que até então chegavam em menor número, contudo já sob a tutela e incentivo do Império – e alforriados, tem a adesão do elemento negro pós abolição. A preocupação com o incremento de mão de obra europeia significou um aumento populacional exponencial aos fins do século XIX. Tanto a ocupação dos postos de trabalho, que já existiam e se multiplicavam com o crescimento urbano, quanto o uso e ocupação do solo nos polos urbanos e no interior do país passaram a obedecer uma linha inegável de cor que desenhou um modelo racial de segregação tácita no Brasil.

Ainda que se entendam o desenvolvimento do modo de produção e os desdobramentos socioculturais como indissociáveis, aqui optou-se por um foco no fenômeno social, que tomará a forma das relações raciais, mais especificamente sua construção. Enquanto isso não significa total exclusão do contexto econômico quanto à bibliografia referenciada, a metodologia que serve de estrutura para o trabalho, bem como o resultado objetivado, busca explicitar aspectos socioculturais decorrentes do processo de desagregação do regime servil, mantidos no desenvolvimento capitalista nacional. Assim sendo, o ponto de partida do presente trabalho se dá pelo termo *construção*, normalizada entre os cientistas sociais, como demarcado por Bastos (2014). A autora traz sua significação em um processo estendido ao longo de um tempo, em um espaço, com os movimentos de atores e agentes distintos. Este processo compreende algumas dimensões, tais quais a econômica, a cultural, a política e a social.

Partindo dessa reflexão, faz-se necessário delimitar os demais componentes da construção das relações raciais, segundo a proposição de Bastos (2014). O processo abordado é o desenvolvimento das relações raciais no Brasil, indo além de sua abordagem na literatura acadêmica; entretanto, partindo dela. Adjacente ao processo, o espaço compreendido é o Brasil,

considerando o período pós-colonial até os dias atuais, expressando-se assim o tempo. Na intenção de delimitar os atores e agentes, verificou-se na revisão bibliográfica que é pertinente avançar além dos autores abordados, movimentos identitários. Assim, acompanham-se os marcos ligados as obras, ao debate, as mudanças de posicionamento dos movimentos identitários, observando também as mudanças políticas que se estenderam ao longo do século passado.

Bastos (2014) empresta sua hipótese construída a partir do livro *Formação da literatura brasileira* no qual a sistematização de Antonio Candido permite conformar um triângulo dinâmico que compreende a interação entre *autor-obra-público*, podendo ser aplicada para analisar o pensamento social brasileiro em geral. Aqui, utilizar-se-á o mesmo artifício, justificando-se a estrutura do presente trabalho.

Assim, com intenção de delimitar um escopo exequível, são trazidas as interpretações de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes acerca das relações de raça no Brasil, em contraste ao pensamento sociológico geral e o tema do atraso, como para Bastos (2014). Ou seja, enquanto a autora se atentou a interpretação do social no Brasil com o atraso como tema privilegiado, que perpassaria diversas obras e autores, aqui, reduzir-se-á a gama de autores e obras e o tema toma nova forma. Entretanto, é necessário que se faça uma diferenciação. As relações de raça, ainda que possam configurar-se como atrasadas em aparência – Freyre e Florestan se opunham aos ideários conservadores, por exemplo –, o objeto compartilhado pelos autores não será o *atraso*. Mais que um isso, as relações de raça no Brasil são enxergadas aqui como parte de uma construção, portanto, um processo independente, longo e com diversos agentes. Caracterizá-las como tal, acaba por inferir uma passividade que afasta o tema do triângulo dinâmico construído por Antonio Candido, impossibilitando demarcar agentes e limitando a interpretação dos autores. Portanto, o tema comum aos autores é a *integração racial da população brasileira*, e as interações entre *Gilberto Freyre-Casa-grande & Senzala-sociedade* e *Florestan Fernandes-Integração do negro na sociedade de classes-sociedade* são permeadas por esse aspecto.

Em sequência, o direcionamento desta investigação se dará a partir de Nogueira (2007) em seu enquadramento para interpretação das relações raciais no Brasil. O autor descreve três correntes principais para o estudo das relações raciais. A primeira é a corrente afro-brasileira, impulsionadas por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, influenciando René Ribeiro e Roger Bastide, que dava ênfase ao processo de aculturação, mantendo preocupação em determinar a contribuição de culturas africanas para a formação da cultura brasileira. A segunda, sob maior representação de Gilberto Freyre, é caracterizada pelos estudos históricos, preocupados em mostrar o ingresso do negro na sociedade brasileira, a receptividade que encontrou e o destino

que nela tem tido. Em terceiro lugar, a corrente sociológica, a qual se orienta no sentido de desvendar o estado corrente das relações raciais no Brasil entre os indivíduos brancos e de cor (independentemente do grau de miscigenação com o negro e o índio).

Serão consideradas as duas últimas correntes interpretativas dispostas pelo autor, estas que se circunscrevem à visão histórica de inserção do negro e, também, no sentido de desvelar o estado atual da relação entre brancos e não-brancos. Em adição, a perspectiva do autor, se incluiu a contribuição de Florestan Fernandes, além de Gilberto Freyre, a partir da compreensão que não somente há um encaixe nas correntes descritas pelo autor, mas também há correspondência no objeto e objetivo das obras selecionadas.

Para acessar as manifestações de preconceito racial, parte-se da proposição de Nogueira (2007), assim definida em duas instâncias:

Uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

Essa definição dual, entre marca e origem, produz diferenciação em doze aspectos, segundo Nogueira (2007). Estes são referentes ao modo de atuar, à definição dos membros dos grupos discriminados e discriminadores, à carga afetiva, ao efeito sobre as relações interpessoais, à ideologia, à distinção de diferentes minorias, à etiqueta, ao efeito sobre o grupo discriminado, à reação deste grupo, ao efeito da variação proporcional do contingente minoritário, à estrutura social e, por fim, ao movimento político que inspira. Por ora, cabe dizer que o tipo de preconceito que define a maioria das relações de raça no Brasil é o de marca, assim sendo, essa é a orientação do levantamento posterior de tais manifestações. Ainda segundo o autor, deve-se demarcar a estrutura social e o movimento político como reflexos característicos do preconceito de marca. A estrutura social, nesses casos, tende a coincidir com uma probabilidade de ascensão social que se encontra na razão inversa da intensidade de marcas de que o indivíduo é dotado. Para os movimentos políticos que surgem como reflexo, há uma tendência de confusão entre a luta do grupo discriminado com a luta de classes.

Assim, de forma mais direta, estrutura-se a presente dissertação de modo a conter três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro apresenta a biografia recuperada dos dois autores, ambientando suas formações e o contexto histórico ao qual estes

se inseriram. Em sequência, o segundo capítulo traz as contribuições dos dois autores pelas obras selecionadas, referenciando o tema de pesquisa, *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre e *A integração do negro na sociedade de classes*, em seu primeiro volume, de Florestan Fernandes. Tal escolha se deu, como se pôde avaliar através da presente introdução, pelo momento histórico que compreende as duas obras, mantendo preocupação com um escopo simultaneamente abrangente e factível, além da possibilidade de comparação entre as ideias presentes. Em seguida, apresentam-se o debate entre as duas obras e seus reflexos percebidos na sociedade ao longo do século passado. Esta monografia se encerra apresentando as considerações finais que contêm, além das conclusões obtidas, um direcionamento posterior à continuidade desta e de outras pesquisas correlatas.

2 GILBERTO FREYRE E FLORESTAN FERNANDES

O presente capítulo traz uma apresentação biográfica e da formação dos autores selecionados. Aqui se delineiam o ponto de partida, o ambiente histórico no qual se inseriam, os desenvolvimentos filosóficos que influenciaram a construção de seus pensamentos e contribuições e o contexto político que moldaram Gilberto Freyre e Florestan Fernandes como agentes na construção das relações raciais acadêmicas. Assim, utiliza-se como linha mestra o verbete biográfico de cada um junto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Faculdade Getúlio Vargas. Em conjunto com o direcionamento permitido pela biografia dos autores, a abordagem expande essa caracterização com demarcações epistemológicas, políticas e econômicas correspondentes aos períodos tratados.

2.1 VIDA E INFLUÊNCIAS DE GILBERTO FREYRE

Gilberto Freyre, nascido em 1900 no Recife, era filho de um magistrado e professor catedrático de Humanidades e Direito na Faculdade de Direito do Recife. Sua primeira educação foi com professores particulares estrangeiros, tendo tardiamente aprendido a escrever. Posteriormente, realizou seus estudos secundários em um colégio norte-americano, em Pernambuco, concluindo em 1917, e se transferiu para os Estados Unidos em sequência. Já na Universidade de Baylor, no Texas, Freyre obteve bacharelado em Ciências Políticas e Sociais, em 1920. Freyre cursou pós-graduação em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Columbia, também nos EUA, sendo aluno do antropólogo Franz Boas e o sociólogo Franklin Henry Giddings. Como tese de mestrado, Freyre defendeu seu trabalho intitulado *Social life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century*¹, em 1922, que deita origens à *Casa-grande & senzala*, versando sobre o escravo na sociedade brasileira. Doutorou-se em Letras, pela mesma universidade (ABREU, 2010).

Esses espaços proporcionaram ao autor um contato direto com grupos mais destacados das ciências humanas dos Estados Unidos, além de se tratar de um momento de menores restrições à fluidez interdisciplinar e interdepartamental. Como expressão disso, Freyre teve acesso não somente à história e antropologia de Columbia, mas também à sociologia de Chicago, que esteve associada à antropologia, no mesmo departamento até o fim da década de

¹ Gilberto Freyre, 1922. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 5, No. 4. pp. 597-630.

1920. Em Columbia, Freyre foi contemporâneo do que veio a ser conhecido como Escola de Personalidade e Cultura, que mantinha como referência principal sociedades tribais, tradicionais e de pequena escala. A expressão da *intelligentsia* norte-americana estaria fortemente marcada pela contradição da coexistência do darwinismo com expoentes oriundos da tradição protestante, principalmente na Escola de Chicago. Freyre já teria recebido essa influência durante sua juventude em seu colégio de origens protestantes. Essa combinação improvável e contraditória do evolucionismo e religiosidade contribuiu para uma postura e atitude de reforma social, embora a principal tendência do pensamento social estadunidense encontre-se, sobretudo, no pragmatismo. Esse período estaria, portanto, demarcado por grande criatividade na área de ciências sociais, nos EUA, tendo como temática principal o indivíduo e a sociedade, seja pelo ponto de vista da interação social, seja sob o ponto de vista de cultura e personalidade. Freyre pôde aproveitar-se desses subsídios, digerindo-os e elaborando, ao decorrer de sua carreira, uma contribuição decisiva nesse campo de debates (VELHO, 2008).

Assim, aqui se faz uma demarcação importante sobre as influências do autor que estão manifestas em seu primeiro trabalho. Sua tese de mestrado apresenta uma preocupação que caracteriza toda sua *magnum opus*. É aqui que pela primeira vez Freyre apresenta seu traço de maior destaque, a preocupação com a vida privada, íntima de certa sociedade. A epígrafe de sua tese traz uma frase dos Irmãos Goncourt, escritores naturalistas franceses do século XIX, que diz: “*a história íntima*; é este verdadeiro romance que a posteridade talvez um dia chame por ‘história humana’” (FREYRE, 1922, p. 597, tradução e grifo nossos). Para além, sua introdução ambienta seus anseios quanto a sua ciência e suas motivações. O autor reitera a primazia à intimidade que ele pretende desvelar a partir da personalidade com a qual ele qualifica seu trabalho, referindo-se a uma tentativa de clarificar a si mesmo como seria o Brasil do século XIX. Também, ao emprestar a resposta de Walter Pater ao motivo de se estudar história, que seria para saber “como as pessoas viviam, com o que se vestiam e com o que elas se pareciam” (FREYRE, 1922, p. 597, tradução nossa), fica evidente tal característica marcante da obra do sociólogo. Freyre considera que sua preparação teria começado anos antes, partindo das conversas que ele tinha com sua avó quando criança, perguntas que ele fazia sobre os “bons e velhos tempos”. Ele salienta o fato de sua avó ter sido, à época, a única pessoa da família a admitir que os velhos tempos teriam sido bons (FREYRE, 1922).

Freyre argumenta que a maior dificuldade em desenvolver sua pesquisa era a parcialidade como traço principal das suas fontes primárias – periódicos, manuscritos, litogravuras, diários e livros de viagens. Produzindo a necessidade de “lutar contra as considerações de mentes preconceituosas, acríicas e superficiais”. (FREYRE, 1922. p. 597.

Tradução nossa.). Deste modo, o autor se voltou aos estrangeiros como as fontes mais fidedignas de todas as críticas sociais do período, acusando os escritores brasileiros de não manterem um justo espírito de crítica, incorrendo somente em análises de glória ou difamação. Suas principais referências se encontraram na Biblioteca Hispano-americana do Doutor Oliveira Lima, na Universidade Católica em Washington, *the New York Public Library* e *the Library of Congress*. Além, Freyre afirma que os fatos relatados em seu ensaio foram reunidos de sobreviventes da antiga ordem, dos quais o autor ressalta Richard Rundle, e a descrição da vida de estudante em Pernambuco se baseia no que ele escutou do Dr. João Vicente Costa, do mesmo Estado (FREYRE, 1922). Aqui, delimitam-se os aspectos das influências e intenções de Gilberto Freyre partindo de sua obra inaugural. Fica evidente a importância que o autor incute à personalidade e vida íntima de uma sociedade. Para além, percebe-se, também, sua preocupação metodológica com a busca da imparcialidade em sua crítica aos escritores brasileiros. Uma interpretação mais minuciosa do ensaio de Freyre retoma esses aspectos no próximo capítulo, dado que essa obra introduz as características basilares para a construção de *Casa-grande & senzala*.

Como demais influências, Abreu (2010) cita uma viagem à Europa, na qual Freyre conviveu com diversas correntes filosóficas, literárias e artísticas dentre as quais os imagistas, expressionistas, modernistas, intelectuais do grupo de Charles Péguy e com representantes da corrente chestertoniana católica. Estes últimos acabaram por influenciá-lo nos valores regionalistas que assumiria em sua obra. Frequentou, também, cursos sobre antropologia, dos quais absorveu da corrente da antropologia cultural, dominante em Oxford à época, o caráter de valorização da cultura ao interpretar fenômenos sociais. Como expressão de tais influências, após retornar ao Brasil, Freyre organizou o I Congresso Brasileiro de Regionalismo e o livro comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco, com contrapontos à Semana de Arte Moderna acontecida anos antes. No congresso, Freyre ainda lançou o *Manifesto Regionalista*, base do movimento ao qual se alinharam, também, José Lins do Rego, Luís Jardim, José Américo de Almeida e Jorge de Lima. Segundo Velho (2008), Freyre caracteriza-se como um intelectual universalista que, ao recorrer a várias fontes, fez uso da história e antropologia britânicas, da história e sociologia francesas e do pensamento social e filosófico alemão, além da já citada ciência social norte-americana, resultando em um perfil singular.

Durante os anos de 1928 e 1930, Gilberto Freyre lecionou na Escola Normal de Pernambuco, expandindo a orientação à pesquisa de campo no ensino de sociologia. Também, junto ao governador do Estado de Pernambuco Estácio Coimbra (1926-1930), Freyre ocupou a posição de seu secretário particular, apesar de recusar o cargo de chefe de gabinete. No mesmo

período, recusou-se, também, a uma candidatura para deputado articulada nos meios universitários e políticos, ao mesmo tempo em que manteve atuação na imprensa dirigindo o periódico *Província do Recife*. Com a instauração da ditadura Vargas em 1930, Freyre partiu para exílio voluntário juntamente com o governador Estácio Coimbra, lecionando na Universidade de Stanford, em 1932. Nesse período, com o acesso a obras de brasilianistas nos museus, bibliotecas e arquivos americanos, Freyre reuniu novos elementos para sua pesquisa. Concluiu e publicou, assim, *Casa-grande & Senzala* ao voltar para o Brasil, em 1933 (ABREU, 2010).

A década de 1930 representou um período de “tradições fatigadas”, expressão que serviria para apreender os sentidos das mudanças em vigor no país, segundo Arruda (2010). Para a autora, tais transformações aconteciam nos aspectos da vida econômica, política, social e cultural, suscitando novos estilos de se pensar o país. Desta maneira, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda acompanharam Gilberto Freyre em uma nova geração de intelectuais, conhecidos mais tarde como “Intérpretes do Brasil”, que enfrentou o tema da construção da modernidade brasileira nos termos da linguagem modernista. O sociólogo, portanto, fez parte da conformação de uma imagem do país que seria, finalmente, positiva, mantendo oposição às visões de incompletude da história do país, quando em contraponto de experiências forâneas, utilizando-se de um ensaísmo crítico que negou o formalismo como forma única de expressão intelectual (ARRUDA, 2010).

Desta maneira, ainda segundo Arruda (2010), os ensaístas da década de 1930 deitaram bases à reflexão moderna das ciências sociais no Brasil, legitimando tal estilo de narrativa e reflexão nessa área de conhecimento. Para além, a autora permite, ao associar a formação acadêmica da disciplina à constituição da sociologia moderna brasileira, identificar tal construção como estando plasmada na intensa modernização do país imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Ela reconhece, também, que o ambiente ainda era marcado por orientações próprias à tradição, relevando uma mescla entre presente e passado, ao passo que o surto desenvolvimentista sem paralelos que tomou lugar à época, em conjunto com a *débâcle* do Estado Novo e a construção de instituições democráticas, completam as contradições que servem de pano de fundo para as reflexões da sociologia moderna.

Para Antonio Candido (2000, apud. ARRUDA, 2010), a década de 1930 tomou forma de um eixo catalisador, no qual girava em torno da cultura brasileira elementos dispersos para se disporem em uma nova configuração, projetando nacionalmente uma unificação cultural que antes ocorria somente na escala das regiões. Desta maneira, para Antonio Candido, o ensaio sociológico que emergiu nesse período está entre a cultura tradicional e a vida intelectual. É a

“rotinização do modernismo” como expressão do estilo dominante entre as elites intelectuais. Ancora-se, por um lado, na representação de uma modalidade de vida intelectual fortemente fundamentada na narrativa do autor em nome próprio e, por outro, em seu desenvolvimento em quadros institucionais. Assim, os ensaístas estariam na origem das ciências sociais, ao se debruçarem sobre – como problema principal de suas investigações – os dilemas e o potencial de se desenvolver uma sociedade moderna nos trópicos de linhagem portuguesa. Essa questão ganhou maior destaque com o rearranjo das hegemonias mundiais e o reconhecimento do atraso de Portugal. Tais demarcações contribuem para a reflexão do presente trabalho no sentido de desvelar as origens dos contrassensos e contradições que se argumentam quanto ao pensamento de Gilberto Freyre dispostas no próximo capítulo.

Para Bastos (2014), Gilberto Freyre se coloca como figura fundamental – tendo a década de 1930 como ponto de ruptura – no questionamento das ideias restantes fundadas na sociobiologia e no determinismo geográfico. Mais especificamente, *Casa-grande & Senzala* propõe argumentação na contraposição da anticientificidade presente no ideário de inferioridade racial e a restrição às formas sociais e culturais civilizadas nos trópicos. No entanto, ao comentar *Formação da Literatura Brasileira*, Roberto Schwarz apresenta um contraponto sobre a obra de Gilberto Freyre, afirmando que ao descrever uma matriz sociológica da civilização brasileira, seu movimento é de saudosismo ao passado colonial e o curso da história significaria a decomposição de um molde ou o desaparecimento gradual de uma forma de sociedade admirável².

Em 1934, Freyre organizou o I Congresso Afro-Brasileiro de Estudos, recebendo também o Prêmio Filipe d’Oliveira de Literatura e, em 1935, foi apontado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação, como professor extraordinário de Sociologia da Faculdade de Direito do Recife. Ainda no mesmo ano, Freyre criou as primeiras cátedras de sociologia, antropologia social e cultura e pesquisa social da universidade brasileira, após convite de Anísio Teixeira para lecionar na Universidade do Distrito Federal, permanecendo até 1937 (ABREU, 2010). Para Velho (2008), as suas relações com a universidade brasileira foram se tornando conjunturais e efêmeras a partir de então, com sua atividade de autor, pesquisador e escritor sendo, aos poucos, dirigidas para a Fundação Joaquim Nabuco.

² Sobre a *Formação da Literatura Brasileira* (notas do debatedor), disponível no repositório digital da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://dtlhc.fflch.usp.br/sites/dtlhc.fflch.usp.br/files/Schwarz%20-%20Sobre%20a%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Literatura%20Brasileira.pdf>>. Acesso em junho 2018.

Segundo Abreu (2010), também em 1935, Gilberto Freyre foi acusado indevidamente de pertencer a Aliança Nacional Libertadora por ter vários de seus artigos reproduzidos pelos jornais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em contrapartida, Velho (2008) aponta que o autor mantinha uma relação cordial com a intelectualidade marxista, tendo Caio Prado Júnior e Astrogildo Pereira como referências, ao mesmo tempo em que era crítico feroz do PCB. Em 1937, o autor ocupou o cargo de consultor técnico do Patrimônio Nacional, se mantendo até 1957, como perito em Belas-Artes. Freyre deixou as cátedras que havia inaugurado na Universidade do Distrito Federal para lecionar como professor-conferencista em Coimbra, Lisboa, Porto e Londres, além de dirigir um seminário de pós-graduação sobre sociologia da escravidão em Columbia.

Em 1942, Freyre já havia se tornado um escritor consagrado, sendo eleito para os conselhos da *American Philosophical Association* e dos *Archives de Philosophie du Droit et de Sociologie* de Paris. Posteriormente, com o fim do Estado Novo – iniciado em novembro de 1937 –, Freyre disputou as eleições para ocupar uma cadeira de deputado na Assembleia Nacional Constituinte, após ter atuado em favor da redemocratização, sendo eleito em dezembro e assumindo o cargo em fevereiro de 1946. Para o período de conformação da nova Constituição, o autor apresentou emendas de importância sociológica, responsabilizando-se pela redação de dispositivos relacionados à ordem econômica e social, além dos direitos dos naturalizados (ABREU, 2010).

Após a promulgação da nova Carta de Constituição no dia 18 de setembro de 1946, Gilberto Freyre passou a exercer seu mandato como deputado federal ordinário. Durante este mandato, integrou a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, compondo a discussão sobre a acessibilidade de livros didáticos, apesar de ter concluído pela impossibilidade de barateamento dessas publicações, dadas as questões editoriais e até mesmo de preço do papel. Discutiu-se, também, a federalização das universidades brasileiras, sendo composto um parecer no sentido de restrição à universidades com importância regional ou transestadual (ABREU, 2010).

Ainda como deputado, Freyre teve aprovado, em 1949, seu projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, voltado a pesquisar a condição de vida do trabalhador do norte agrário do país. Sob direção de Gilberto Freyre esse instituto se transformou em um dos mais importantes na pesquisa em ciências sociais do país. Posteriormente, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, organizou o Centro de Pesquisas Educacionais e Sociais para o Nordeste brasileiro. No mesmo ano, representou o Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), compondo a Comissão Social e Cultural na

Assembleia Geral da organização. Seu discurso pretendia a ampliação da atuação da ONU para além do auxílio à Europa, até então restrito aos países europeus. Em 1950, participou do Conclave dos Oito, convocado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), evento que tinha como mote a investigação das tensões entre os grupos humanos e nacionais (ABREU, 2010).

Após terminar seu mandato, Freyre voltou suas atenções novamente às atividades acadêmicas, esboçando, em 1951 no Instituto de Goa, sua tese do *lusotropicalismo*. Nessa tese, o sociólogo apresentava indicações para a criação de uma nova ciência, a *tropicologia*³. Esses desenvolvimentos se apresentam no livro *Um brasileiro em terras portuguesas*. No ano de 1953, em conjunto com René Ribeiro, Gilberto Freyre tomou parte no projeto da UNESCO de relações de raça no Brasil (MOTTA, 2000). Em 1954, apontado como consultor da ONU, atuou como antropólogo na comissão referente as relações entre raças na União Sul-Africana, resultando na produção de um relatório que propunha soluções ao *apartheid* (DÁVILA, 2010). Ainda no mesmo ano, foi outorgado o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Londres. No ano seguinte, Gilberto Freyre teria se pronunciado sobre as perspectivas de desenvolvimento da sociologia mundial na segunda metade do século XX, em um simpósio realizado em Washington que contou com a presença de Winston Churchill, Carl Jung, Walt Disney, Bertrand Russell, entre outros e que tinha o objetivo de que todos expusessem suas expectativas cada um em sua área de referência. (ABREU, 2010).

Sobre o *lusotropicalismo*, Castelo (2011) considera as bases desta teoria estarem presentes desde *Casa-grande & senzala*. A autora entende que isso se manifesta no contraponto proposto pelo autor à ideia de que o racismo – desenvolvido pelas correntes dominantes nos Estados Unidos, Alemanha e no Brasil – estaria fundamentado na ideia da mistura de raças como causa principal da degeneração dos povos. Ao fim e ao cabo, é a mestiçagem defendida por Freyre que valorosamente se materializa no processo positivo de constituição de um tipo ideal do homem moderno dos trópicos. Por um lado, as ideias do autor serviram para legitimar, no imaginário português, certa vocação para o trato com outros povos, encontrando nos textos de Freyre a validação científica. Por outro, não só sobraram críticas ao conteúdo *luso* da teoria – enquanto hipótese sociológica e como instrumento utilizado pelo regime ditatorial de Salazar –, mas também ao *tropicalismo*, carente de certa seriedade que fosse capaz de afastar a ideia de

³ O desenvolvimento da Tropicologia corresponde à tese de Freyre acerca da possibilidade civilizatória nos trópicos através da colonização. Neste momento, o autor pretende afastar uma abordagem eurocentrada de marcos civilizatórios, entretanto, como-se vê, suas conclusões mantêm uma hierarquia entre o branco europeu e outros povos e civilizações.

inferioridade das civilizações nos trópicos. Assim, o *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre acaba sendo qualificado de “quase-teoria” para alguns autores (CASTELO, 2011).

Segundo Motta (2000), o projeto UNESCO representou uma revolução nos estudos sobre relações raciais no Brasil nos anos de 1950. Ao passo que nesta década houve o questionamento do paradigma da *democracia racial* – termo que receberá mais atenção no próximo capítulo –, Gilberto Freyre ainda foi convidado a participar do projeto em Pernambuco, em momento de transição que tais ideias se encontravam. O autor delegou a realização ao antropólogo recifense René Ribeiro que, apesar da utilização do método indutivista, retomou as teses fundamentais de Freyre acerca do caráter português e do catolicismo para a colonização, tendo o Nordeste do século XX como objeto. O resultado, além do livro *Religião e Relações Raciais*, foi o de conformar o conceito de *etiqueta racial*. Apesar de carecer uma definição precisa, o termo refere-se ao comportamento relacionado às demonstrações de preconceito. Enquanto existe, em outros lugares, a atitude racial de “manter-se o negro em seu lugar”, a *etiqueta racial* que vigoraria no Nordeste é a de se referir polidamente as pessoas negras, na presença delas, evitando constrangimentos e demonstrações de preconceito. Vale ressaltar, ainda segundo Motta (2000), que o livro de René Ribeiro teria sido elaborado sob larga influência e pressão de Gilberto Freyre.

Acerca do relatório de Freyre à ONU em 1954, Dávila (2010) entende como marco em um contexto internacional de transformação em direção à descolonização e pelos direitos civis, catalisada por movimentos mundiais. Entretanto, o autor afirma haver um anacronismo crescente nas ideias de Freyre, opondo as mudanças geopolíticas às ideias sobre as virtudes portuguesas vindas da miscigenação e a defesa do colonialismo português na África.

Em 1956, Gilberto Freyre foi recebido em inúmeras universidades europeias para ministrar conferências e seminários de estudos pós-doutorais, como Oxford, Cambridge, Londres, Sorbonne, dentre outras. Ainda no mesmo ano, foi conferencista – ao lado de Leopold von Wiese, Morris Ginsberg e Georges Davy – na Reunião Mundial de Sociólogos e publicou artigos em antropologia e sociologia para *The Encyclopaedia Americana*, além de apresentar uma conferência para a British Broadcasting Company (BBC) sobre a civilização tropical do Brasil. No ano de 1957 a segunda edição inglesa de *Casa-grande & senzala* é reconhecida como o melhor trabalho mundial acerca de relações raciais, nos Estados Unidos, recebendo o Prêmio *Anisfield-Wolf*. Durante a década de 1950, sua expressiva projeção mundial ainda teria a adição de um seminário sobre sua obra, em Cerisy na França, contando com a participação dos professores Georges Gurvitch, Bourdon, Gouthier e Roger Bastide, todos da Sorbonne (ABREU, 2010).

Na década de 1960, as premiações, homenagens e reconhecimento continuaram. Em 1960 recebeu o Prêmio da Academia Brasileira de Letras (ABL), ao conjunto de sua obra. Em 1961 recebeu da Academia Paulista de Letras o reconhecimento de excelência literária. No ano seguinte, recebeu o Prêmio Machado de Assis da ABL. Além de diversos doutoramentos de universidades pelo mundo, como a Universidade de Columbia, de Coimbra, Sorbonne e de Sussex (ABREU, 2010).

Após a instauração da Ditadura Militar em 1964, Freyre volta a receber convites para ocupar cargos no governo, tendo sido também o ano que recebeu o Prêmio Moinho Santista de Ciências Sociais. Recusou alguns desses convites até aceitar, a pedido do então presidente Emílio Garrastazu Médici e do ministro da Educação Jarbas Passarinho, integrar o Conselho Federal de Cultura, a partir de 1969. No ano de 1971, o autor recebeu o título de doutor *honoris causa* em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concedido o título de *Sir*, pela rainha Elizabeth II. Em 1972, lhe é concedido o doutorado *honoris causa* pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Ciências Jurídicas e Sociais. Ainda no mesmo ano, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) solicitou a elaboração de um documento que fizesse uma análise sociológica como contribuição ao programa político do partido, documento que recebeu diversas críticas dos intelectuais de esquerda (ABREU, 2010).

Em 1973, além de receber o título de Professor Honorário da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi premiado com o troféu Novo Mundo por suas obras em sociologia e história. No ano de 1976, durante o governo Geisel e o ambiente de distensão política, Freyre mantém presença recorrente na imprensa brasileira, sendo indagado sobre sua posição acerca do regime militar. O que se registrou é que suas opiniões acabaram sendo frequentemente controvertidas, sendo utilizadas pelos críticos ao regime, bem como servindo para inspirar apoio e reconhecimento junto aos conservadores. Em 1977, com a entrega do “Manifesto dos Intelectuais”, Gilberto Freyre se colocava como um anarquista construtivo, como Bertrand Russell e George Sorel, sendo favorável a um Estado assistencialista, não-patriarcal, de um planejamento flexibilizado, sem tecnocracia e centralização. Justificou, também, a centralização da ditadura como circunstancial e necessária, provocada por uma conjuntura internacional que fazia com que o Brasil enfrentasse “certos perigos” (ABREU, 2010).

Em julho do mesmo ano, Freyre manifestou apoio ao Ato Institucional nº 5, considerando-o uma necessidade frente aos reflexos dos conflitos internacionais das superpotências, significando uma autodefesa do regime. Sua posição controversa acerca do regime militar só se firmou contrária em 1984, retomando seu argumento anti-tecnocrático,

ressaltando o fracasso da aplicação econômica de um “brilhante” Delfim Netto, dizendo que o tecnocracismo seria responsável por uma crise ética no país (ABREU, 2010).

No ano seguinte, no 2º Congresso Brasileiro de Psicanálise, Freyre demonstra sua predileção pelo método psicanalítico freudiano. O autor atesta a necessidade da inclusão de tal ciência na Constituição e a necessidade de sua aplicação para que o Brasil encontrasse um sentido de nação. Além de analisar o ministério do Governo Sarney, concluindo que o Brasil não conhecia seus ministros, nem os ministros ao Brasil, o sociólogo autodeclarou-se um dos veteranos da utilização da psicanálise para reinterpretar a formação social nacional, ao afirmar que utilizou as teorias freudianas em *Casa-grande & Senzala*. Gilberto Freyre faleceu em dezoito de julho de 1987, aos 87 anos. Foi casado com Madalena Guedes Pereira de Melo Freire, tendo dois filhos (ABREU, 2010).

As recuperações biográficas contidas nesta subseção demonstram o amplo impacto de Gilberto Freyre enquanto acadêmico célebre, não se restringindo a isso. Fica evidente que qualificá-lo é uma tarefa, senão árdua, extensa. Freyre é literato, poeta, sociólogo, antropólogo, cientista político, professor, curador, político e psicanalista. Por outro lado, constrói seu pensamento a partir de uma miríade de influências e referenciais teóricos. De fato, isto decorre do próprio estabelecimento recente da Sociologia enquanto ciência à época. Além disso, sua presença em diversas universidades europeias e norte-americanas também contribuiu para uma pluralidade e multidisciplinaridade em sua formação. Segundo Velho (2008), a compreensão da obra de Freyre parte da importância da observação de uma trajetória e interesses multifacetados e variados. Embora *Casa-grande & senzala* seja o marco principal de sua obra ela não pode ser entendida como um produto isolado, mas como resultado de extensas pesquisas sob a tutela de uma perspectiva singular e muito própria. É o produto de uma capacidade de síntese original de um sem-número de correntes de pensamento e pontos de vista, é um cosmopolitismo que o fez transitar entre Lamarck, Darwin, Marx, Weber, Boas, Giddings, Oliveira Lima, Euclides da Cunha, entre outros. Velho apresenta essa concepção do pensamento do autor reconhecendo o que chama de um “ecletismo criativo” disposto numa posição dinâmica de um processo de enriquecimento e incorporação de novos elementos. Reconhece também que, “dependendo do interesse e ponto de vista” (VELHO, 2008, p. 15), isso pode ser lido como sinal de contradição e incoerência. O próximo capítulo manterá o “interesse e ponto de vista” de desvelar uma interpretação nem tanto à incoerência e contradição, nem muito à louvação de uma riqueza e plasticidade. Argumenta-se a manutenção de uma obra fechada em si mesma, que se propunha crítica, mas não foi capaz de resistir ao crivo do tempo, ao passo que também recusou-se reinventar.

Lima (2010) condensa a hipótese central do presente trabalho em referência à contribuição de Gilberto Freyre. O autor qualifica a obra freyreana, partindo de *Casa-grande & senzala* por um binômio capaz de resumir todo seu trabalho: *pensamento-ação*. Lima considera essa ser a chave para a vocação de Freyre como “reeducador” do Brasil. É o que permitiu que seus livros, conferências, seus discursos, suas aulas e suas intervenções culturais que, ao materializar em sua metodologia, fizeram “as vezes de manifestos, cartilhas e didáticas” (LIMA, 2010, p. 12). Lima reconhece que o país descrito nos textos de Freyre seja, talvez, mais tolerante e generoso que o da realidade. Cita, também, Edilberto Coutinho classificando tais contribuições como a “imaginação do real”. Mas afirma, firmemente, que ao estudar a formação brasileira, Gilberto Freyre “ajudou a formar outro Brasil” (LIMA, 2010, p. 12).

Para Simões (2017) a dinâmica disposta por Lima pode ser descrita no sentido de que as interpretações ensejadas por Freyre entre os anos de 1930 e 1940, ao condensarem significações normativas socialmente importantes, representaram a sustentação de um *projeto intelectual*. Tal projeto consiste em um conjunto sistemático de ideias que se direcionam no sentido de exercer um poder ideológico, portanto, este possibilitou que ele desempenhasse uma *missão social* e uma *função crítica*. Segundo Simões, esse estudo possibilita revelar formas de pensar e contribui para compreender o papel de atores em disputas políticas e ideológicas, referindo-se aos países que passaram pelo colonialismo.

O que resta como imperativo é compreender essa “reeducação”, a formação de um outro Brasil, como imaginada por Gilberto Freyre. Conhecer qual o país que ele ajudou a formar, qual a cartilha de sua educação, qual seria, portanto, o desdobramento de seu *pensamento-ação*. É desvelar o seu *projeto intelectual* para compreender como seus modos intelectuais se relacionam com a realidade. Adiantando o conteúdo central das respostas a essa investigação, dispostas no próximo capítulo – sem ignorar o pioneirismo e proficuidade que são marcas do autor –, seu pensamento produziu um abrandamento e uma mistificação da realidade das relações raciais no Brasil.

2.2 VIDA E INFLUÊNCIAS DE FLORESTAN FERNANDES

Xavier (2010) traz o verbete biográfico de Florestan Fernandes, auxiliando na compreensão do contexto no qual este se situa. Nascido em 22 de julho de 1920, em São Paulo, Florestan era filho de uma imigrante portuguesa, não conhecendo o pai, falecido pouco após ao seu nascimento. Ainda criança, precisou começar a trabalhar aos seis anos de idade, completando até o terceiro ano no Grupo Escolar Maria José na Bela Vista, voltando a estudar

somente aos dezessete anos. Concluiu seus estudos num curso de madureza, de 1938 a 1940. Após prestar serviço militar e aprender datilografia, um freguês do botequim em que trabalhava o recomendou para um emprego na Novoterápica, como entregador de amostras de material dentário, sendo promovido rapidamente para chefe de seção e sendo transferido em sequência para a área de artigos dentários do Boticão Universal. Esse emprego foi determinante para seus estudos. Florestan pôde frequentar a faculdade e estudar, já que recebia ajuda de custo e uma comissão por vendas, tendo sido aprovado em 1941 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O próprio Florestan reconhece seus obstáculos e a superação, sem incorrer em autolouvor, ou mesmo num enquadramento de discurso meritocrático vazio:

Uma sociedade de classes em formação não é tão aberta quanto muitos pensam e, tampouco, é aberta em todas as direções. O chão da superfície exigia uma viagem muito difícil e poucos chegavam até ele, naquela época. Era normal, portanto, que eu sentisse uma grande alegria de viver e uma esperança sem limites, como se o mundo me pertencesse e, a partir daí, tudo dependesse de mim. O orgulho selvagem, de agressão autodefensiva, transformava-se numa força psicológica estuante, que me punha em interação com o mundo dos homens – a “sociedade” – e não fora dele (FERNANDES, 1977, p. 150-151, apud. OLIVEIRA, 2010, p. 14)

A escolha pelo curso, também segundo Florestan (1977, apud. OLIVEIRA, 2010), teria sido tanto pelo descarte da opção inicial em engenharia química, já que não conseguiria cursar um curso em tempo integral, quanto pelo ímpeto de se tornar professor. O sociólogo qualificou sua escolha tendo como influência um socialismo como “vago”, que o levaria a acreditar que conseguiria conciliar a necessidade de manter uma profissão e de “modificar a sociedade”, que ainda não conhecia bem.

Para a formação acadêmica do autor, Xavier (2010) cita três fontes fundamentais. A sociologia clássica e moderna – considerando a contribuição de franceses, alemães e norte-americanos –, a corrente crítica do pensamento brasileiro e o pensamento marxista. No primeiro grupo, deve-se citar Comte, Durkheim, Bastide, Weber, Malinowski e Giddings. Para o pensamento brasileiro, destacam-se Euclides da Cunha, Lima Barreto, Caio Prado Jr. O pensamento marxista, que serve de fonte ao autor, orbita entre as contribuições de Marx, Lênin, Trotski e Gramsci.

Demarcando o início da trajetória intelectual de Florestan, Xavier (2010) considera o ambiente de profundas transformações políticas, sociais e econômicas, no qual o autor articulou a realidade empírica e reflexão teórica em um contexto que a urbanização, a industrialização e fluxos migratórios fizeram emergir novos agentes e outras hierarquias, a partir das décadas de 1940 e 1950, mantendo ênfase na *ação* nas ciências sociais. Oliveira (2010), ressalta o impacto

de Roger Bastide em sua formação, em um episódio no qual Florestan, não obtendo êxito em seu primeiro trabalho acadêmico – o qual Bastide qualificou como um texto jornalístico e não uma dissertação – aderiu ao rigor da perspectiva científica em concordância com a concepção acadêmica representada pelo seu professor.

Retomando as exposições presentes em Arruda (2010), feitas na subseção anterior, é esse cenário de profundas transformações e de apostas modernizadoras que caracteriza a emergência da USP e, particularmente, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A universidade teria surgido das novas concepções que se tornaram o norte dos mentores das instituições culturais que defendiam organismos coincidentes ao espírito da época. Isto é, pelo fato de a universidade ter sido fruto de um consórcio entre iniciativas avançadas no plano educacional e os projetos políticos das elites reacionárias, não se encarnava completamente valores abjetos à tradição. A USP permitiu, por sua vez, a formação sistemática de cientistas dedicados à docência e à pesquisa, em um ambiente com novos espaços de atuação em várias disciplinas. Isso dirigiu à institucionalização do saber característico das ciências sociais. Deste modo, é sob esse cenário que Florestan se destacou como a personalidade mais singular dentre os primeiros egressos da universidade. Ele teria se identificado com a missão de construir as bases científicas da sociologia no Brasil, tendo proeminência ímpar no campo teórico, da pesquisa sociológica, da atuação institucional e do entendimento da dimensão profissional. Em efeito, ele teria inspirado a imagem do sociólogo brasileiro difundida nos dias atuais. É a conformação do perfil do cientista social transfigurado no encontro de variadas tradições e que pressupôs o ensino sistemático de disciplinas em moldes científicos *pari passu* com o envolvimento com questões públicas do país.

Sob o mesmo contexto apresentado na última subseção, o ponto de destaque ao ambiente no qual se inseriu Florestan Fernandes diz respeito à emergência, em São Paulo, do que Arruda (2010) chamou de “epicentro das energias mais vitais”, sendo o encontro do poder econômico e político com o “mundo do espírito”. Isso significou uma crescente diferenciação da cultura e democratização do acesso a ela, combinando-se com um dinamismo econômico, produzindo condições indispensáveis à equalização formal das esferas cultural e econômica. Isto posto, vale salientar que a constituição de instituições democráticas e de financiamento da política desenvolvimentista do período de 1946 a 1964 também tiveram importância cabal para a conformação da atuação de Florestan. Ainda se atendo à questão de mudança social e sob a égide da modernização posta em passo desde a década de 1930, a novidade se apresenta no modo como começou-se a refletir acerca do tema. Novas formas de enquadrar o conhecimento científico, trazidas pelo rigor nas pesquisas, trouxeram novo lócus ao debate.

É nesse contexto, durante a ditadura do Estado Novo, em 1943, que Florestan colabora com jornais paulistanos, principalmente da *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*. Nessa primeira redação, conheceu Hermínio Sacchetta, líder do movimento trotskista que mantinha ligação com a IV Internacional Comunista, sendo recrutado para o Partido Socialista Revolucionário (PSR), através do qual passou a exercer militância pelo socialismo. Florestan completou seu bacharelado em Ciências Sociais no mesmo ano, obtendo licenciatura no ano seguinte. Coursou sua pós-graduação em Sociologia e Antropologia nos anos de 1944 e 1945, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, passando a atuar como pesquisador e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1945, ocupando o cargo de segundo assistente da cadeira de Sociologia II, sendo o titular Fernando de Azevedo. Além disso, em 1946, ao ser incentivado pelos companheiros do PSR, Florestan traduz e publica *A crítica da economia política*, de Marx (XAVIER, 2010).

Destaca-se, segundo Arruda (2010), o direcionamento da atuação de Florestan Fernandes que, ao defender a expansão da educação e da intervenção racional das ciências sociais, pretendia a construção da civilização moderna no país e pautou sua atuação nesses dois campos. Articulou sua capacidade de ação no sentido de democratização do acesso ao ensino em todos os níveis, mantendo compromisso com sua origem, já que foi fruto de oportunidades ampliadas na criação da USP e no campo educacional, quando do seu ingresso na universidade e com o convite para ser assistente de Fernando Azevedo.

Para Oliveira (2010), sua fase de militância no PSR tem como pano de fundo a luta clandestina contra o Estado Novo e seu contato aprofundado com o marxismo. Sua motivação parte de sua adesão e crença nas potencialidades de utilização do conhecimento científico para galvanizar os elementos dinâmicos de transformação à sociedade. Florestan (1992, apud. OLIVEIRA, 2010) reconhece que seu pensamento, suas orientações políticas e sua personalidade sofreram súbita mutação nesse período, em um ambiente que proporcionava um intenso convívio intelectual e político, além do compromisso ético com a emancipação humana. Sua aprendizagem marxista, ora circunscrita a um socialismo vago, reformista e utópico, cede lugar à militância política disciplinada. O sociólogo passou a conciliar, nesse período, uma atuação política, jornalística e acadêmica. No partido, Florestan passou a ser visto como peça-chave nos certames acadêmicos, podendo imprimir à ciência social paulistana, através da orientação do marxismo, o papel e o poder do saber científico no controle racional do mundo. Nesse sentido, expressam-se, para o sociólogo, a convivência de dois elementos, a saber: ideais de uma vida igualitária e livre, bem como, os pressupostos de racionalização de relações sociais injustas que vigem.

Ainda em 1945, Florestan apresentou um trabalho intitulado *Tiago Marques Aipobureu: um bororo original*, no Seminário Sobre os Índios do Brasil, artigo que seria republicado em outras duas oportunidades, em 1960 e 1975, demarcando momentos diferentes de sua trajetória. A relevância deste trabalho está, portanto na correspondência com fases singulares da carreira de Florestan, a primeira e a última sendo momentos de ruptura e a intermediária quando da sua consolidação como acadêmico pronunciado. O trabalho que figura no rol de escritos iniciais do autor, atinha-se a reflexões sobre um caso singular, mas também se situava em um ponto intermediário entre as análises acerca da cultura popular e folclore e seus estudos etnológicos. Através da história de Tiago Marques Aipobureu, Florestan construiu uma apreciação de maneira a unir abordagens micro e macrosociológicas, chegando ao registro da psicologia social, auto-esclarecendo o singular e o geral. Em outras palavras, o artigo inaugura o debruçar do sociólogo sobre o conflito entre o indivíduo e a sociedade, na conformação de personalidades que se tencionavam em situações que não se solviam por escolhas individuais, trazia luz ao movimento de negação de uma herança e sua inviabilidade intrínseca (ARRUDA, 2010).

Vale ressaltar, mantendo atenção ao objeto do presente trabalho, o conceito central apresentado pelo sociólogo no artigo citado. Florestan (2007) inicia sua análise sobre a biografia de Tiago Marques Aipobureu introduzindo o conceito de marginalidade. Para o autor, nesse contexto, marginalidade iria se referir ao indivíduo situado na divisa de “duas raças, na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas” (FLORESTAN, 2007, p. 293). Em suma, por deslocamento de um grupo social ou cultura, seja por migração, educação ou qualquer outra influência, o indivíduo não consegue se ajustar satisfatoriamente nem a um ou a outro grupo, estando à margem de ambos, não se integrando em nenhum. Este indivíduo estaria, portanto, subscrito a um problema diante de cada situação: o de dever escolher frente a padrões incompatíveis uma solução conveniente, ora aderindo, ora se afastando a um determinado padrão de comportamento ou valor. O que se produz, enfim, é uma avaliação constante sob dois pontos de vistas concorrentes, em consequências de um embate entre a lealdade que deveria ser devotada a um ou outro conjunto do qual faz parte. É um apanhado de emoções, sentimentos, conhecimentos e valores, anteriores e posteriores, que se combatem e entram em conflito. Este conceito mostra, além de um importante indicativo da compreensão de raça como conceito sociológico e de sua implicação nos indivíduos para Florestan, a influência da sociologia norte-americana em seu pensamento. Robert Park e Everett Stonequist são as referências que contribuem para a construção apresentada pelo sociólogo. Essa discussão será retomada posteriormente, ao abordar a reprodução dessa estrutura de forma mais ampla e o impacto nos indivíduos. Ademais, com relevância acerca da formação pessoal de Florestan, Arruda (2010)

traça um paralelo entre Tiago Marques Aipobureu e o próprio acadêmico, que ao se ver entre um conflito de sua origem popular e o mundo elitizado da universidade, rompeu com essa estrutura através da “solução ativa” que criara.

Retomando sua trajetória, Florestan obteve seu título de mestre defendendo tese sobre a organização social dos Tupinambás, em 1947, uma obra que se baseava em relatos de cronistas seiscentistas, que lhe permitiu reconstruir a realidade social dos índios tupis-guaranis, que habitavam maior parte do litoral brasileiro à época do descobrimento, mas acabaram exterminados pelos brancos já no século XVI. No ano seguinte, seu trabalho recebe o Prêmio Fábio Prado. O sociólogo publicou *A organização social dos Tupinambá*, em 1949, obra que representou uma tentativa pioneira de reconstrução de uma realidade social extinta, tomando forma de uma contribuição importante ao desenvolvimento da antropologia no Brasil. Nesta mesma linha de contribuição, pouco antes, o autor publicou um artigo de título *Análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade tupinambá*, trabalho baseado em um exame crítico do conteúdo etnográfico dos textos existentes. No início da década de 1950, Florestan desligou-se do PSR para priorizar sua carreira universitária. Em 1951, Florestan obteve o título de doutor em Sociologia, também pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, com a tese *A função social da guerra da sociedade Tupinambá* e, posteriormente, Livre-docência na cadeira de Sociologia I, em 1953, com sua tese intitulada *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, sendo elevado à categoria de professor contratado no ano seguinte (XAVIER, 2010).

Segundo Oliveira (2010), esse período esteve marcado por sua dedicação integral, ao lado de Antonio Cândido, à Faculdade de Filosofia, mais que isso, iniciou um programa de pesquisa sobre a teoria das ciências sociais, com o objetivo de consolidar seu prestígio na academia e evidenciar suas qualidades científicas. Garcia (2002, apud. OLIVEIRA, 2010) aponta a tese de doutorado de Florestan como o ponto definidor de sua herança dos mestres estrangeiros – dado que, posteriormente, este viria a substituir Roger Bastide como professor – , era o resultado mais expressivo do novo sistema de produção acadêmico e intelectual posto em marcha na cidade de São Paulo.

Para Arruda (2010), os anos de 1950 representaram um momento privilegiado para o autor. Foi um período de construção de projetos de Brasil, por uma intelectualidade de novo corte, que buscavam regenerar um passado que se condenava. Anos de crença na potencialidade das ideias e na força de tal intelectualidade de se produzir mudanças pretendidas, no uso social do conhecimento. Ao considerar as promessas e ideais brasileiros voltados ao progresso, ao aperfeiçoamento do social e reorientação de valores, interesses, condutas e instituições, a autora

demarca esta como sendo a década de construção da sociologia de Florestan Fernandes, da organização da Escola Paulista de Sociologia, que congregava seus assistentes, cujos trabalhos instituíram um estilo singular de produção em ciências sociais (ARRUDA, 2001).

Deste modo, a Escola Paulista de Sociologia representou lócus importante da demarcação entre as diferenças da atuação pública do cientista social e seu compromisso com o rigor científico, segundo orientação de Florestan, que tinha como norte a ciência, dirigindo a maior parte de seus esforços a ela. Por outro lado, tal ação foi comum aos cientistas sociais da América Latina que se dedicaram à renovação das disciplinas no período, tendo a função de moldar os novos papéis e a nova figura das ciências sociais, num ambiente receptivo a estilizações. Tal compreensão do potencial de inovação necessitou um tratamento às disposições diversas dos agentes de tal processo, além do modo como aderiram ao novo estilo e às novas instituições (ARRUDA, 2010).

Segundo Xavier (2010), nessa mesma década, Florestan se engajou no Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil, promovido pela UNESCO. É nesse período que o autor desenvolveu uma pesquisa que se contrapõe a tese sobre a inexistência de preconceito e discriminação no Brasil e bota em curso uma nova fase no estudo do negro, pois esse se qualifica como um momento de ruptura com as explicações culturalistas trazidas por Artur Ramos. Seu contraponto em relação à abordagem do negro do ponto de vista de expressões culturais, que negligenciava condições existenciais e enraizamento social, conjugava a questão racial, pesquisa empírica e o método dialético, inovando a prática sociológica à época. Em decorrência destes estudos, Florestan publicou, em conjunto com Roger Bastide, *Negros e brancos em São Paulo*, em 1955, invertendo a relação do negro como problema social, afirmando a sociedade como problema para a população negra, desfazendo o mito da democracia racial.

Em 1956, Florestan publicou um artigo chamado *Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil*, discutindo as condições necessárias à existência de um procedimento científico rigoroso por parte da etnologia brasileira. No ano de 1958, publicou *A etnologia e a sociedade brasileira: ensaios sobre aspectos da formação e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil*. A partir de 1959, o sociólogo integrou a Campanha em Defesa da Escola Pública, movimento voltado para promover um projeto de lei acerca da base educacional do país e de combate ao projeto encaminhado por Carlos Lacerda. O autor proferiu conferências pelo Brasil de análise e interpretações sociológicas no sentido da elaboração e apresentação de diagnósticos sobre a educação do país, prevendo limites, potencialidades e necessidades, ao

passo que esclarecia o fato da proposta de Lacerda beneficiar a educação privada em detrimento da pública (XAVIER, 2010).

Oliveira (2010) aponta que a oportunidade de organizar o sistema de ensino e configurar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) se fazia num ambiente marcante de pioneirismo. Segundo o autor, o momento era avaliado positivamente por Florestan, por se tratar de um clima propício a mudança cultural provocada, imaginado pelos educadores brasileiros para modificar a estrutura de manutenção e extensão de privilégios em oportunidades educacionais às camadas de posição superior na competição econômica, social e política. O debate sobre a lei representou, para Florestan, uma chance de enquadrar a vida escolar a uma nova disciplina a qual estaria coerentemente atrelada as necessidades gestadas na formação e desenvolvimento da sociedade de classes, do regime democrático e da civilização tecnológica industrial brasileira.

Nesse período a intelectualidade mundial passou a repensar o mundo e houve uma subsequente formação de organizações internacionais com atuação no sentido de refletir sobre a *mudança social*. É, portanto, na década de 1950, que figuram, ao lado de Florestan, dois sociólogos brasileiros que também se debruçaram sobre esta temática, liderando grupos dedicados a expandir esse debate para o papel do sociólogo na *mudança provocada*. São eles Luiz Aguiar Costa Pinto e Guerreiro Ramos. Por partir de diferentes tradições, fica clara a oposição entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes e, neste momento, se clarifica a posição deste último no que diz respeito à denúncia de um processo de desenvolvimento uniforme, aplicado ao Brasil, que desconsidera uma sociedade interligada entre partes, resultante numa absorção desigual e combinada. Florestan apresenta, finalmente, oposição à ideia de existência de dois Brasis, que explicitava a proposição de Costa Pinto da coexistência de duas ordens sociais, a antiga e a nova (BASTOS, 2014).

Segundo Xavier (2010), no ano de 1960, Florestan publicou o primeiro livro da coleção Corpo e Alma do Brasil, *Mudanças sociais no Brasil*, fazendo parte do conjunto de obras renovadoras que, segundo o historiador Carlos Guilherme Mota, teve o papel de dar expressão à Escola de Sociologia da USP, com extenso caráter interdisciplinar e rigor, além da presença de temas fundamentais da história brasileira, pesquisa com métodos e técnicas modernas e cuidadosa leitura de Marx, Weber e Mannheim. Para Candido (2001), o materialismo histórico-dialético de Marx se incluía, nos escritos de Florestan, como um rio subterrâneo. Arruda (2010) exalta a importância do contexto democrático ao qual se inseria o sociólogo. Para a autora, Mannheim empresta às concepções sociológicas de Florestan parte essencial de suas

motivações, explicitadas nas suas formulações sobre a “civilização científica”, através das quais se apresenta o significado do papel dos intelectuais na vida das sociedades.

Para além, a coleção contou com publicações de Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, discípulos de Florestan. Ainda em 1960, o autor publicou *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, que apresenta três temas fundamentais ao fazer científico do autor, a saber: a abordagem da ciência aplicada e a educação enquanto fatores sociais construtivos; o formato de operação do elemento racional na mudança cultural espontânea, e; o comportamento deste elemento quando as condições de tal mudança estão submetidas a um controle exterior inteligente. Para além, *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (1961) e *A sociologia numa era da revolução social* (1962) complementam a lista de obras que evidenciam a preocupação do autor com o tema de transformação social, por vezes como perspectiva prática, em outras como desafio teórico (XAVIER, 2010).

Em 1964, Florestan publicou, em *Aspectos da educação na sociedade Tupinambá*, uma análise de um sistema educacional assistemático e informal, que objetivava integração dos indivíduos dentro da ordem, perpetuando-a. É, também, o ano em que se torna catedrático em Sociologia I na USP, defendendo a tese *A integração do negro na sociedade de classes*. Tal obra questiona a modernização, acessória à constituição do capitalismo no Brasil, e a democratização, obstaculizada pela desigualdade de integração da população negra no mercado de trabalho. Para a socióloga Maria Arminda do Nascimento Arruda, o livro apresenta uma noção chave, própria da civilização burguesa e que baliza suas disputas através de uma ética racional e igualdade legal (XAVIER, 2010).

Como se observou até aqui, a atuação de Florestan Fernandes não se restringia a sua vida acadêmica e percebe-se como se ocupava com a compreensão do entrelaçamento de etnias que tomou lugar no Brasil desde a chegada do colonizador. Com o objetivo de reconstruir, reconstituir e ressignificar o convívio das etnias indígenas e negras, considerando, também, a presença colonizadora ibérica, tem-se a evolução do trabalho etnológico de Florestan desde sua abordagem às comunidades tupinambás, culminando na observação da integração da população negra no capitalismo brasileiro moderno. Este último, objeto do presente trabalho, apresenta um contraponto ao *establishment* das leituras de relações raciais à década de 1950 e serve de base teórica para a compreensão e organização das institucionalidades relativas à questão racial desde então. O capítulo seguinte se ocupa de uma leitura minuciosa desta obra, discutindo seu desenvolvimento, suas ideias e sua projeção.

Voltando à biografia de Florestan, Xavier (2010) aponta a relação do autor com a ditadura de 1964. Com o golpe militar, foi preso por algum tempo, fato que teria sido diferente

não fosse a repercussão de uma carta aberta publicada na imprensa. No texto, o sociólogo afirmava que “se a grande virtude do militar era a disciplina, a do intelectual era o espírito crítico”. Com isso demarcava sua posição contrária ao regime e sua atuação se utilizou dos instrumentos da sociologia para denúncia e resistência contra a ditadura, Florestan percorreu diversos estados fazendo palestras em defesa da democratização da sociedade. Como curiosidade – importante, pois demonstra sua adesão à interpretação marxista – Florestan teria sido convidado a participar de um grupo guerrilheiro, tendo negado, pois compreendia que não havia condições necessárias à ruptura suficientemente profunda que permitisse a guerrilha se estabelecer como estopim de uma rebelião das classes trabalhadoras e das massas populares.

No ano de 1966, publicou *Educação e sociedade no Brasil*, uma coletânea de estudos de questões educacionais produzidos entre 1946 e 1962, resultando em palestras e conferências para a Campanha pela Escola Pública. Demerval Saviani ressalta um Florestan sociólogo crítico e militante, que ao passo que entende a educação como objeto de análise crítica e como um campo de intervenção prática, se responsabiliza por diagnósticos e pela contribuição à reconstrução do sistema educacional. No ano seguinte, o autor formulou, em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, a chamada “sociologia crítica” com uma orientação marxista. Segundo Martins (1998), essa perspectiva influenciou uma ênfase neste método, tendo expressão no primeiro seminário acadêmico sobre *O capital*, organizado por um grupo de docentes. Sua contribuição culminou, portanto, na incorporação do marxismo na sociologia numa perspectiva distante do economicismo, marca do capitalismo vulgar da época, exercendo grande influência na geração de sociólogos egressos da USP na década de 1960 (XAVIER, 2010).

A condição de Florestan como educador, se expressa, para além do que já se expôs, através de sua militância em prol da educação, fomentada pelas discussões que surgiram na década de 1960 acerca da reforma universitária. Em 1968, publicou *Os dilemas da reforma universitária consentida*, texto baseado na palestra proferida em outubro de 1968, um pouco antes da aprovação da Lei nº 5.540, que acabou por implantar tal reforma. No mesmo ano, o autor publicou também *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, abordando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as conseqüentes tensões formadas pela permanência das relações da sociedade tradicional na sociedade moderna (XAVIER, 2010). Para Florestan, essa lei foi resposta de forças conservadoras ao pedido de uma reforma no sistema superior de ensino, demanda anterior ao golpe militar e que estaria além do espaço estudantil e acadêmico. Esta seria resultado de mudanças socioeconômicas das últimas duas décadas que, por sua vez, implicaram incremento do processo de industrialização, urbanização e populacional. São

modificações dos canais de ascensão das camadas médias nos centros urbanos, impulsionadas por novas demandas por mão de obra qualificada, no setor público e privado. A avaliação do sociólogo foi de que uma reforma universitária com alta densidade deveria estar calcada em uma revolução democrática na sociedade para instalar alterações profundas. No entanto, a reforma universitária de caráter crítico e democrático cedeu lugar à “antirreforma, obscurantista, terrorista, repressiva e fascista em muitos de seus aspectos” (FERNANDES, 1984, p.8 apud. OLIVEIRA, 2010, p. 65). Foi o esvaziamento do conteúdo inovador e democrático, a consolidação de seu caráter elitista e a intensificação de uma tutela externa, impeditiva de contestações.

Florestan ainda foi submetido a um inquérito, processado e julgado, tendo sido declarado inocente. Entretanto, foi afastado da USP em 1969, tendo sido aposentado como efeito do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Com protestos desencadeados no Brasil e no mundo, o sociólogo conseguiu sair do Brasil, radicando-se na Universidade de Columbia, nos EUA. Posteriormente, lecionou também na Universidade de Toronto, até 1972. Vale destacar que as manifestações de maior importância aconteceram pela Universidade de Toronto e por parte do governo do Canadá, além de um protesto específico em Nova Iorque, pelo qual alguns militantes prenderam o ministro das Relações Exteriores, José de Magalhães Pinto, até que se liberasse a saída do sociólogo do Brasil (XAVIER, 2010). Segundo Oliveira (2010), é na Universidade de Toronto que Florestan franqueou um novo projeto, denominado mais tarde de “pedagogia revolucionária”, que se tratava da conformação da prática política como práxis pedagógica, com o propósito, um projeto de transformação das relações sociais visando à emancipação autônoma e coletiva dos homens e mulheres das classes exploradas.

Ainda segundo Xavier (2010), Florestan retomou a temática de suas obras anteriores na década de 1970. Em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), este descreve a sociedade brasileira tendo como marca a heterogeneidade, no sentido de não haver consenso quanto as orientações de valor, aspirações sociais e padrões de vida. *A revolução burguesa no Brasil* (1975), por sua vez, aprofunda tal temática, relevando uma burguesia incapaz de construir a nação. No mesmo ano, o autor publicou *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* e, em 1977, *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. A autora ressalta o fato das obras de Florestan que mantêm a temática da modernização da América Latina diferem das vertentes europeias e norte-americanas – que refletem acerca dos bloqueios causados pela modernização –, pois desvelam a particularidade do processo de constituição da sociologia.

Outras expressões da militância do autor se dão a partir dos anos 1980. *A questão da USP* (1984), foi publicado em ocasião do centenário da universidade, um livro depoimento que tratava da história da universidade à luz das lutas políticas e culturais que se travaram em seu interior. Desde a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Florestan contribuiu e simpatizou com o partido, tendo se filiado em 1986, atendendo o pedido de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente nacional. Em novembro do mesmo ano, o sociólogo elegeu-se deputado federal constituinte, pela sigla dos trabalhadores. Foi titular da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, das comissões da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Foi suplente da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Seus votos foram pelo rompimento de relações com países que mantivessem políticas de discriminação racial, pela limitação do direito de propriedade, legalização do aborto, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, turno ininterrupto de seis horas, remuneração 50% superior as horas-extras, soberania popular, voto facultativo aos 16 anos, pelo presidencialismo e por um fundo de apoio à reforma agrária. Florestan ainda coordenou a ação do PT nas áreas de Educação e Cultura, na fase de elaboração complementar da Constituição. Em dezembro de 1988, esteve envolvido na elaboração, discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi reeleito em 1990, continuando sua atuação na Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia (XAVIER, 2010).

Seu engajamento político-partidário é, segundo Oliveira (2010), mais uma expressão da posição do sociólogo quanto o conhecimento, a democracia e o papel da educação. O PT representava uma novidade institucional, haja vista a ligação direta com o movimento trabalhista-sindical. Por outro lado, Florestan buscava novo espaço de atuação que condensasse os anseios que marcam sua trajetória como intelectual orgânico:

No fim da vida fui levado a uma evolução inversa [uma revolução?], por meio de acontecimentos que são conhecidos. O professor que se partia pelo meio busca uma crescente participação publicista especificamente política e naturalmente tensa, insurgente, antielite e contra a ordem social capitalista. Novas esperanças e novas lutas, fora dos quadros institucionais da universidade. Encontrei um equilíbrio entre as duas partes do meu ser e uma resposta aos anseios revolucionários? Poderei servir ao proletariado e aos humildes como servi à universidade? (FERNANDES, 1995a, p. 15, apud., OLIVEIRA, 2010, p. 78).

É, portanto, o trabalho parlamentar de Florestan que expressa fortemente a tensão entre prática e teoria, o que aponta, mais uma vez, à convicção do autor de que a produção de conhecimentos sobre a realidade do Brasil, em sua dedicação à sociologia, abastece as forças

sociais de insumos para realizar objetivos socialistas. Por essa razão e por acreditar no estabelecimento de uma democracia mais participativa e incluyente, esteve vinculado aos movimentos sociais mais engajados, estando ao lado de bandeiras como a da educação, dos negros, mulheres e índios, dos sem-terra e do combate à fome. Florestan publicou uma espécie de diário sobre o processo da Assembleia Constituinte, *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*, em 1989, que reunia textos publicados na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil, pelo qual se coloca na condição de observador, além de parlamentar. Vale destacar que as críticas de Florestan ao partido giravam em torno do incômodo gerado pela ausência de um programa que o mantivesse como núcleo político dos trabalhadores e nas ambiguidades geradas pela relação entre as correntes intelectualizadas e as tendências social-democrata e cristã (OLIVEIRA, 2010).

Ao dia 10 de agosto de 1995, Florestan Fernandes faleceu. Foi casado com Míriam Rodrigues Fernandes, tendo seis filhos.

Corroborando a documentação e interpretação historiográfica de Libânia Xavier, Ianni (1996) imprime esse caráter de constituidor de um novo fazer sociológico a Florestan quanto ao pensamento brasileiro nas ciências sociais. Ianni (1996) afirma que além de inaugurar uma nova época, a obra de Florestan não só viabiliza novos horizontes na reflexão teórica e interpretação da realidade social, mas possibilita, também, uma releitura crítica ao que tem sido a Sociologia brasileira, passada e recente. É uma interpretação que revelou a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do brasileiro. É uma avaliação que dá conta da formação de um povo com origem indígena, colonizadores portugueses, africanos trazidos como escravos e imigrantes incorporados como trabalhadores livres. Uma história contada com bases no escambo e escravidão, passando pelo colonialismo e imperialismo, pela urbanização e industrialização, conta a formação de uma sociedade de castas que se transforma numa sociedade de classes. É a história das lutas sociais de maior relevo, das lutas das comunidades indígenas contra os colonizadores às revoltas contra a escravidão, dos levantes dos trabalhadores no campo e na cidade, na conquista de direitos sociais ou pela transformação de estruturas sociais. Interpretações que estão presentes em *A organização social dos Tupinambá*, *A integração do negro na sociedade de classes*, *O negro no mundo dos brancos*, *Mudanças sociais no Brasil* e *A revolução burguesa no Brasil*.

Não se restringindo à avaliação de Octávio Ianni, vê-se por sua trajetória que a mudança social é marca da atuação intelectual de Florestan Fernandes, que deu vida ao que se chama intelectual orgânico. É o que explicita Oliveira (2010), ao reafirmar a marca da concepção de Florestan sobre a prática política não ser um fim em si mesma, mas antes práxis pedagógica.

Isso está centrado na ideia do sociólogo da impossibilidade de dissociação do pensamento crítico e de uma posição militante, isto é, a negação da mistificação acerca da neutralidade científica. É o que une, para Florestan, a sociologia e o socialismo. Uma redescoberta e união que mune o autor de condições objetivas e subjetivas para reconfigurar sua sociologia crítica e militante, é o que separou sua produção de meados de 1960 ao início dos anos de 1970, que não se propunha com um cunho marxista puro, ao ajustamento de seu papel como professor ao de um intelectual marxista. É o que evidencia a hipótese de Candido (2001), referente ao “rio subterrâneo” do marxismo no pensamento de Florestan.

Martins (1998, apud; OLIVEIRA, 2010) condensa a centralidade da sociologia de Florestan na concepção da realidade social como *totalidade*, que serve de base para os processos sociais e históricos. É uma prática que mantém o objetivo em desvelar os sentidos aparentes e invisíveis que constroem a realidade. É, portanto, a sociologia da dinâmica social que visa desvelar o que impede ou atrasa o desenvolvimento da sociedade, isso sendo o que possibilitaria caracterizar Florestan como o “sociólogo do reencontro”, por querer mitigar ou eliminar a lacuna entre o homem concreto e as suas possibilidades históricas. Suas conclusões apontam que a verdade sociológica estaria, então, com aqueles que pagam o preço do desencontro entre as forças de conservação e modernização. Arruda (2010), contribuiu para essa reflexão ao traçar uma evolução no pensamento de Florestan que parte de sua aposta na constituição de uma sociedade moderna nos trópicos, indo para a fragilidade de acomodação de valores modernos no Brasil, chegando em sua confirmação da impossibilidade de se alcançar tal estágio de civilização. Isso corresponde, segundo a autora, a um trajeto no qual os rumos da história brasileira se misturam com a vida e a sociologia de Florestan. A autora ressalta, que o sociólogo teria reorientado suas apostas ao aderir à política partidária na tentativa de contornar um dos pilares de suas análises sociológicas que apontavam os efeitos imprevistos da ação humana no mundo, além de afirmar que talvez seja aí que reside a principal contribuição de Florestan Fernandes para uma nova concepção sobre a formação da sociedade moderna no Brasil.

Ademais, não se pode negar a preocupação com temática semelhante à de Gilberto Freyre, principalmente no que diz respeito à formação da contemporaneidade no Brasil e na contribuição dos diferentes grupos étnicos nesse processo. Para além, a biografia de Florestan deixa claro o prisma pelo qual o sociólogo enxerga a realidade e desenvolve seu trabalho científico. Muito além de uma amálgama de influências teóricas e escolas de pensamento, fica evidente a transposição da vida pessoal, de suas experiências e valores nos seus escritos, o que pode soar óbvio; entretanto, se vê uma transparência nos elementos que constituem a visão de mundo e a perspectiva do autor, que não se encontra em vários de seus pares.

Isso se explicita através do afastamento das noções de neutralidade e alienação do cientista quanto ao objeto. É evidenciado pela conjunção de sua vida acadêmica com a militância política. Expressa-se na preocupação declarada de várias de suas obras no sentido de transformar ativamente a sociedade, opondo-se a ordem social competitiva e na construção do socialismo. Portanto, na intenção de desvelar a ação do autor no sentido do objeto do presente trabalho, pode-se enquadrar o sociólogo como um intérprete da sociedade brasileira, preocupado em compreender a construção das dinâmicas que caracterizam o modo social de produção em pauta, mas em transformá-lo. Isso significa que, sem eximi-lo de críticas, pode-se identificar em suas contribuições uma posição ativa e interessada na modificação das estruturas que representam descompasso entre a realidade e as potencialidades humanas.

3 CASA-GRANDE & SENZALA E A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

Ao discutirem-se as contribuições dos autores quanto à questão do negro na sociedade brasileira se identificam diferenças e semelhanças que estão expressas no capítulo presente. Os autores parecem partir de um lugar em comum ao abordar a questão racial, que se esclareceu no último capítulo. A formação da sociedade brasileira contemporânea, a contribuição aos estudos raciais da ONU, uma instrução plural e extensa e a busca por explicar a integração de diferentes etnias no processo de colonização e formação do Brasil moderno são alguns dos marcadores que unem ambos os autores.

Mesmo que suas obras tenham se dado em momentos históricos diferentes – 1933, ano de publicação de *Casa-grande & Senzala* e 1964, marcando a publicação de *A integração do negro na sociedade de classes* –, as obras mantêm em comum o fato de contestar o *establishment* das relações raciais em seu período. Entretanto, estas foram capazes de, não somente, contrapor tal paradigma como, também, contribuir para criação de um novo. Em outras palavras, Gilberto Freyre, em um primeiro momento, mantém grande responsabilidade por difundir teorias que acabam por se estabelecer como paradigma. Em sequência, Florestan terá grande implicação na mudança de como a comunidade acadêmica e o movimento negro irão compreender as relações raciais no país. As exposições contidas neste capítulo permitem introduzir esta dinâmica, ao discutir mais profundamente cada obra. Por fim, apresenta-se o debate que envolveu o entrelaçamento das ideias contidas nos escritos dos dois autores.

3.1 CASA-GRANDE & SENZALA: A SUPERAÇÃO REACIONÁRIA DO RACISMO CIENTÍFICO

Como indicado anteriormente, esta subseção aborda a obra selecionada de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Assim, expressam-se aspectos de sua *magnum opus*, considerando sempre uma apreciação voltada ao tema do trabalho. Reavaliar esta interpretação serve para compreender, efetivamente, a construção proposta pela sociologia de Gilberto Freyre. O primeiro capítulo permitiu ambientar essa construção. Neste momento, ver-se-ão os fundamentos e constituição das ideias defendidas neste escrito. Desta forma, abre-se o caminho para a discussão do próximo capítulo acerca do impacto das obras selecionadas.

Como ressalta Arruda (2010), os ensaístas de 1930 lançam bases à reflexão moderna nas ciências sociais do Brasil, legitimando um estilo de reflexão e narrativa dessas disciplinas,

explicitado no capítulo anterior. Deve-se manter em mente que Freyre capitaneou esse movimento, recusando-se, por vezes, a se caracterizar como um sociólogo, ou cientista, preferia a alcunha de escritor. Deste modo, introduz-se, em linhas gerais, apontamentos presentes na obra inaugural de Gilberto Freyre, que se consolidam e tomam corpo e projeção em *Casa-grande & senzala*. Conforme indicado no primeiro capítulo, *Social life in Brazil in the middle of 19th century* é a tese de mestrado apresentada por Gilberto Freyre. O trabalho dá conta, com o traço pessoal e íntimo que é marca do trabalho do autor, do funcionamento colonial da sociedade no século XIX. Como visto, Freyre busca uma perspectiva como de primeira pessoa, recorre a relatos e impressões de pessoas que viveram tal época e, como método e separação de seu esforço, critica a personalidade com a qual o século XIX teria sido retratado por seus pares brasileiros, até então.

Freyre (1922) apresenta uma versão do Brasil Império inegavelmente eurocêntrica, ao passo que introduz o aspecto recorrente de cunho positivista de sua obra, a saber: a ordem. Antes de ser um simples quadro do Brasil Império, tal interpretação se mostrará recorrente nesta obra e em *Casa-grande & senzala*. Como evidência, o retrato que abre este artigo mostra um país que teria experimentado, entre os anos 1848 a 1864, uma era de paz, conformidade e decoro nos assuntos públicos. Freyre ressalta, também, um progresso material lento, porém definitivo, além de uma condição sólida das finanças públicas. Por outro lado – e aqui se pode notar seu cunho eurocentrista –, Freyre aponta como marca do período a importância da religião em praticamente todas as fases da vida social, o desprezo pelas regras de higiene por todo Império, a corrupção entre o clero, a falta de substância na literatura, a ausência quase que total de pensamento crítico e “o apego à tradições das quais o brasileiro não havia aprendido se envergonhar” (FREYRE, 1922, p. 598). O sociólogo chega a afirmar que a maioria dos brasileiros dos anos 1850 – levando-se em conta o ambiente material e a vida social – viveria na Idade Média.

Freyre (1922) apresenta um panorama geral do Brasil no período, retoma dados econômicos e populacionais, passando por diversas províncias. Aborda a política, qualificando o Império como tendo moldes no tipo de governo inglês. Usando um tom quase aviltante, o autor se refere à oligarquia que seria “até mesmo sofisticada” e se preocupava com nuances de teoria política, mas se ocupava com assuntos mais práticos como a administração melhorada da justiça civil, a construção de ferrovias, as relações com os republicanos turbulentos do sul do Brasil e o comércio de escravos. O autor delinea sua narrativa entre demarcações parcialmente positivas e críticas mais fortes, há uma alternância entre características moderadamente louváveis apresentadas com certa surpresa, ao mesmo tempo que os atributos negativos são

todos tidos como ausência e atraso civilizacional. Enquanto classifica os oligarcas como estudiosos e responsáveis, apontando que – assim como o sul dos EUA *ante-bellum* – a inteligência se encontrava na política, avalia a literatura aguada e escassa, sem pungência e sabor original. Para o autor este campo estava espremido entre a política e o jornalismo, no fim dos anos 1850, o Indianismo de Gonçalves Dias e José de Alencar era insincero e cheio de notas falsas, o pensamento crítico não existia na filosofia, literatura ou religião e, só no fim dos anos 1870 apareceu um grupo de jovens intelectuais em Pernambuco para colorir a vida brasileira de sua juventude misturada com influências europeias más digeridas.

Tal obra de Freyre, ao mesmo tempo que traz aspectos que continuarão presentes em *Casa-grande & senzala*, permite demarcar a evolução do pensamento do autor. Ele traz uma interpretação de ordem e manutenção de um *status quo*, pretende pessoalidade e entregar a intimidade da vida social. São aspectos que se manterão e serão dispostos a seguir acerca da obra selecionada como foco deste trabalho. Por outro lado, é necessário ressaltar que o autor desenha um Brasil Imperial atrasado ao conceber em suas entrelinhas uma espécie de estado civilizacional que opõe as terras tropicais à Europa e mesmo aos Estados Unidos. É, portanto, a proposição de uma civilização tropical, a própria difusão e popularização da *cultura* enquanto conceito, a louvação de aspectos culturais herdados da colonização e frutos da miscigenação. Para Bastos (2012), pode-se perceber uma adequação de forma e conteúdo entre os escritos de Freyre nos anos 1920 e 1930. A autora identifica como tema comum aos escritores da década de 1920 o mal transplante de ideias, legislação e costumes. Entretanto, aponta que Freyre começa a lembrar que o lugar diz muito sobre a sociedade e os costumes expressam coesão para a mesma. É nesse sentido que Gilberto Freyre dá um passo adiante na década seguinte, mudando estilo, argumentação, contexto, narrativa e teses. Deste modo, estão dispostas em sequência uma investigação mais profunda de tais características.

Fazendo referência ao conteúdo racial do debate à época, Araújo (2005) apresenta as duas correntes principais que antecederam as exposições de Freyre, as quais o sociólogo consolidaria seu contraponto. Uma delas, talvez menos difundida, levava em conta argumentos sobre o Brasil trazidos por autores que visitaram o país no século XIX, como Gobineau e Agassiz. Esta decretava a inviabilidade do país por considerar que a miscigenação, entre “espécies” de diferentes qualidades, levaria à esterilidade – caso não fosse biológica, certamente seria cultural – comprometendo qualquer esforço civilizatório. A outra, na direção de libertar de tal condenação, parte também da miscigenação para defender um processo de branqueamento e subsequente extinção da questão racial e encadeamento do progresso. Tal processo asseguraria o predomínio gradual dos caracteres brancos sobre os dos negros e dentro

de um prazo de três gerações – ou cem anos – a herança negra teria sido erradicada do Brasil. Tais argumentos se baseavam na hipótese de supremacia branca.

Segundo Castelo (2011), *Casa-grande & senzala* estuda a condição colonial do Brasil, mais precisamente no Nordeste açucareiro latifundiário e de utilização de mão de obra escrava. Tal abordagem se estrutura em torno da casa-grande e da família patriarcal, com direção do senhor do engenho e a especificidade de tal sociedade seria resultado da miscigenação quer seja no plano biológico, quer seja no plano cultural. Isso se daria através de “frequentes cruzamentos entre brancos, índios e negros” e “pela adoção recíproca de valores e comportamentos dos vários povos em contato” (CASTELO, 2011, p. 261). Para a autora, Freyre enaltece a contribuição africana e ameríndia para a formação da sociedade brasileira, o que teria destacado o Brasil de outras sociedades da América, tendo se constituído mais harmoniosamente quanto às relações de raça, para um ambiente de interpenetração cultural. O autor analisa psicoculturalmente o passado brasileiro através da hipótese que o colonizador possuiria traços de plasticidade social, versatilidade, predisposição à miscigenação e “ausência de orgulho racial” (CASTELO, 2011, p. 262). Para Velho (2008), a temática das relações raciais, além de um ponto alto de seu trabalho, foi sempre muito polêmica. O autor considera haver uma contribuição para o estudo de gênero que teria sido subvalorizada, já que as análises de Freyre acerca do mundo feminino no Brasil tradicional seriam de “importância ímpar e de absoluta originalidade” (VELHO, 2008, p. 16).

Entretanto, há diversos indícios que contrariam algumas dessas assertivas reproduzidas por Castelo e Velho. A miscigenação, como posta, ignora um violento processo que se estendeu ao longo dos séculos de colonização e escravidão. A adoção recíproca de valores e comportamentos dos três povos não é um processo sem ruído e sem tutela de uma cultura dominante que se vale de aculturação e subordinação do contributo dos povos dominados. A leitura aqui proposta considera que Freyre (2003) se debruça sobre a formação do Brasil – e do brasileiro – remontando ambientes e agentes para realçar aspectos históricos e características da construção de nossa sociabilização. Os protagonistas de sua narrativa – o índio, o negro e o português – se desenham de forma bem peculiar. Os portugueses, por mais que algumas de suas exposições tenham uma conotação negativa, aparecem sempre como responsáveis pelo legado da construção da identidade nacional, por emprestar o que há de mais ímpar à psique do brasileiro, através de um comportamento ora permissivo, ora caloroso, sempre separado do colonizador anglo-saxônico. Já as populações indígenas e africana são relegadas a uma posição passiva e suas contribuições são sempre incorporadas a depender do crivo colonizador.

Ora Freyre (2003) se refere ao espírito de que é dotado o português colonizador, como sendo o que permitiu um “tratamento menos cruel” aos escravos e o caracterizou como o colonizador que mais teria confraternizado com estes. Ora qualifica um brasileiro que de índio e negro todos um pouco têm. O autor faz isso sem considerar que não há gradação possível de crueldade para uma população escravizada, nem mesmo perceber que suas observações constroem esse traço característico negro no brasileiro partindo de uma relação de servidão, abuso e segregação. Este trecho, que abre seu quarto capítulo, é forte exemplo disso:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2003, p. 367).

Tal abordagem produziu conclusões que, de modo algum, distanciam-se do título de sua obra, que remetem à demarcação de dois espaços físicos característicos na formação do país com seus respectivos personagens. No entanto, o título “Casa-grande & Senzala” apresenta também uma polarização que ele não foi capaz de ressaltar. Para Freyre (2003), os relatos utilizados parecem não contradizer sua ideia de que há uma amenização das tensões raciais. O que chama atenção é o fato de que tais apontamentos não produziram conclusões exatamente opostas.

Em contraste com tal argumentação, Araújo (2005) trata de realizar o mea-culpa por Gilberto Freyre. O autor ressalta, a partir do prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala*, um trecho que manifesta uma postura racista. No trecho, Freyre relata um encontro com marinheiros brasileiros – mulatos e cafuzos – no Brooklin, dizendo que teve a impressão de “caricaturas de homens”. Citou uma frase de um viajante estrangeiro que havia visitado o Brasil e se referiu à população como dona de um aspecto assustadoramente *mongrel* – palavra da língua inglesa que se utiliza para denotar híbridos, mestiços e, mesmo, cachorros sem raça definida. Completa dizendo que “a miscigenação resultava naquilo” (FREYRE, 2003, p. 31). Araújo (2005) se importa em contextualizar tal colocação como tendo pouca importância frente toda a obra que se segue. O autor aproxima a posição de Freyre à primeira corrente apresentada por ele, discutida anteriormente; entretanto, garante que por sua impressão tal passagem seria dificilmente exagerada, pela sensação de que a obra toda teria sido escrita para refutá-la.

Segundo Maio (1999), à época da publicação de seu livro, Gilberto Freyre se coloca como um crítico radical do racismo (em sua perspectiva biológica), exercendo grande influência na “opção Brasil” por parte da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Suas ideias se contrapunham a uma perspectiva pessimista da produção intelectual brasileira, que entendiam a presença da população negra e miscigenada como barreira à modernização do país. Para Freyre existia uma espécie de cooperação étnico-racial que permitia que a sociedade brasileira, antes condenada, se visse salva pela miscigenação, marca de um legado ibérico.

Em contrapartida, pela revisão do prefácio à primeira edição da obra de Freyre, argumenta-se uma interpretação diferente, que é sustentada ao longo desta subseção. Sobretudo, o sociólogo demonstra, de fato, um esforço para negar o determinismo do racismo científico que ele mesmo parecia aderir. Neste sentido, ao criticar o materialismo dialético de Marx por uma generalização excessiva, o autor reconhece a importância do mecanismo de influência que a técnica produtiva tem sobre a estrutura social. Em outras palavras, é a partir daqui que o meio importa mais que a raça, a cultura passa a importar mais que a raça. Entretanto, como visto no relato de seu encontro com os marinheiros brasileiros, traços raciais continuam tendo uma classificação hierarquizada, mantendo sobre a população negra e indígena um traço de abjeção, que se manifesta em sua linguagem, nas sutilezas de seus relatos, mas, principalmente, no salto que permite que Freyre negue o racismo científico para incutir novos valores à miscigenação.

Freyre (2003) prossegue sua reflexão de modo a afirmar que:

Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes. Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2003, p. 33).

Fica clara a intenção de Freyre de se afastar dos eugenistas que, além de possivelmente considerarem mulatos e cafuzos “caricaturas de homens”, os considerariam como doentes. Deste modo, Freyre imputa aos estudos antropológicos realizados em conjunto com Franz Boas sua perspectiva basilar à construção de *Casa-grande & senzala*. É partindo destas concepções que o sociólogo passa a dissociar raça, ambiente e cultura. Portanto, produzindo uma análise que não teria por base determinismos específicos relacionados somente com raça. Assim, Freyre

prosegue, em seu panorama geral do prefácio à primeira edição, com um apanhado de exposições que demonstram o impacto de características relacionadas ao meio. Primeiro, como reflexo dos desdobramentos do modo de produção, posteriormente, sendo específico em relação ao problema de subnutrição intergeracional, ambos que teriam sido responsáveis pelos defeitos atribuídos aos negros, indígenas e miscigenados. Para Guimarães (1999), essa obra é responsável, ao introduzir o conceito de cultura aos círculos eruditos do Brasil e trazer uma apreciação positiva da contribuição dos povos africanos, por desprestigiar e deslocar os discursos racialistas presentes até então. Aqui, demarca-se claramente que o contraponto, reforçado por Freyre e considerado na sociologia, na literatura e na indústria cultural, conduziu uma superação nacional ao racismo científico (GUIMARÃES, 1999), ao passo que produziu um véu de ignorância em relação as diferenças, por um marcador racial que se mantinha na sociedade.

Desta forma, enuncia-se que, como interpretação deste trabalho, Freyre possuía todas as ferramentas para romper com concepções racistas, indo além da refutação dos preceitos racialistas. O que se observa, no entanto, é que este ainda manteve uma hierarquização da contribuição cultural do colonizador em relação aos colonizados expressos na contribuição marginal do negro e do indígena, resultando em sua tese lusotropicalista e, enfim, na defesa do neocolonialismo ibérico – e branco – como saída para as comunidades africanas. Talvez, maior adesão ao materialismo histórico o faria perceber que as ideias também se delimitam como reflexo – mesmo que não exato e imediato – do modo de produção, assim sendo, sua perspectiva seria menos centrada na casa-grande.

Haja vista a definição de Nogueira (2007) que preconceito racial se manifesta como condição de marca – quando se refere à fisionomia, gestos, traços físicos, sotaque – ou de origem – quando basta a suposição de descendência a certo grupo étnico objeto de abjeção, o caráter racista biologicamente fundamentado se substitui por designações racistas somente. Freyre (2003) afirma basear seus estudos primeiro no critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura e, posteriormente, na diferença entre hereditariedade de raça e de família. É isto que permitiu produzir na sociologia freyreana, enquanto houve separação do aspecto biológico como determinação do indivíduo pela raça, expressões enquanto construto social referentes ao meio, à cultura e à hereditariedade familiar que ainda produziam degenerescência de corte racial. Introduce-se, assim, a ideia de que Freyre representa uma superação do racismo científico, todavia uma superação reacionária, pois mantém um discurso com qualificações racistas. Tal ideia se sustenta pela exposição que se segue.

A próxima ferramenta utilizada para uma compreensão totalizante de *Casa-grande & senzala* parte da edição aqui trabalhada. Freyre (2003) traz na epígrafe da edição uma pequena coleção de poesias que se referem à obra, todas publicadas pela editora José Olympio ao longo do século XX, inclusive uma poesia do próprio autor. Enquanto as poesias de autores consagrados permitem perceber a recepção e impacto da obra de Freyre no campo literário, sua própria poesia permite compreender alguns de seus expectativas e objetivos, além de possibilitar uma visão totalizante de sua obra.

João Cabral de Melo Neto¹, em poucos versos, trata de celebrar o ineditismo da obra de Freyre. O aspecto da miscigenação aparece primeiro no idioma, o português que é brasileiro e, pela primeira vez, relata o conforto que essa mistura proporcionou. É o conforto que guarda a rede do índio, os alpendres, a alma mestiça que surgiu. Para o autor, é a língua capaz de medir a prosa ibérica da sesta ou a prosa brasileira que se espreguiça. Fica evidente que o aspecto que este autor captura é a conformação de uma nova identidade para o brasileiro. Gahyva (2011) afirma que essa identidade, que se consolida a partir da obra de Freyre, é positiva e trata de valorizar a até então questionável miscigenação. É, segundo a autora, uma obra que contribuiu para a conformação ideológica de um ideário de Brasil, construída e difundida pela Era Vargas, a mistura racial passa a equivaler a característica ímpar e positiva da identidade nacional brasileira.

Manuel Bandeira² exalta a “leseira brasileira” adversando-a com cheiros e sabores “do Norte”, cita também as relações entre escravas e senhores, critica Oliveira Viana com sua “mania ariana” e faz referência à mestiçagem relevada no segundo tomo do livro de Freyre. Enfim, Manuel Bandeira justifica um antirracismo científico através da ampla miscigenação e situa Freyre como um anti-Gobineau, como afirmado por Gahyva (2015). No entanto, adverte que o problema da mestiçagem estaria em causas sociais, de higiene e outras – as quais ele não especifica. O autor elogia o caráter ensaístico – que também rendeu críticas à Freyre – dizendo que sua obra alia ciência e poesia, trazendo um passado tocante e atribuindo a construção da alma do brasileiro ao “português femeeiro”.

Ao mesmo tempo que Manuel Bandeira é preciso em evidenciar aspectos relevantes da obra de Freyre, outros detalhes ficam marcados em suas entrelinhas. A sutileza com a qual o autor enxerga flagelos no “mestiço” e que estes estariam ligados a causas sociais e, mesmo, higiene demonstram duas ideias que se consolidam a partir de *Casa-grande & senzala*. Por um lado, resta a ideia de que a segregação no Brasil estaria circunscrita às relações de classe e, por

¹ Poesia publicada em *Museu de tudo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

² Poesia publicada em *Estrela da vida inteira*, 11ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

outro, que pechas atribuídas com conotação racial ainda não haviam sido superadas, na verdade, elas estariam se estabelecendo.

Carlos Drummond de Andrade³, em sua poesia, novamente chama a atenção para uma peculiaridade da obra de Gilberto Freyre, que é o modo com o qual o autor realiza sua aproximação científica de um sensorialismo marcante. Drummond alegoriza os relatos de Freyre com “velhos retratos”, cita as receitas que cingem as ambientações detalhadas do autor, as “tortas Ruas Direitas” herdadas da tradição ibérica, os “esplendores do passado”. Na segunda estrofe, a referência é, novamente, a miscigenação. É a “linha negra do leite – que se torna doçura, é o “sexo na cama escura” – contrapondo as “rezas à luz do azeite”, aproximando o sagrado e o profano, a reclusão das práticas religiosas africanas às escuras e a cama que materializa em si a cor escura das negras, objetos sexuais de seus senhores. A interação das duas estrofes parece relevar a ideia dessas relações se transfigurando como esplendores do passado, Drummond ressalta, assim, o saudosismo que fica à superfície em *Casa-grande & senzala*. Guimarães (1999) permite que se qualifique essa impressão, classificando a perspectiva de Freyre como uma dialética dos “antagonismos em equilíbrio”, isto é, mesmo que haja a exposição de violência nas relações entre brancos e negros, de modo geral, seu livro enfoca a confraternização entre as raças, reiterada pela miscigenação. Com a questão sexual, que obviamente constitui a via para a miscigenação, concluem-se as características centrais da obra de Gilberto Freyre que estes literatos tratam de relevar. Tanto para Manuel Bandeira como para Drummond este assunto foi trazido à tona de forma fiel à abordagem de Freyre.

Voltando a epígrafe, a poesia⁴ que abre a 48ª edição de *Casa-grande & senzala* demonstra os desejos do próprio autor, que vêm a se materializar nos anos seguintes. Seus versos premonizam a chegada de um outro Brasil, “mais tropical/ mais fraternal/ mais brasileiro.”, um país composto não mais pelas cores dos Estados, mas das produções e dos trabalhos. Os homens teriam não mais as cores das três raças, mas as de suas profissões e regiões, enquanto as mulheres não teriam mais as cores “boreais” e sim “tropicais”. Freyre caracteriza esse Brasil como a vontade de todos os brasileiros, “o preto, o pardo, o roxo e não apenas do branco e o semibranco”.

O poema é dotado de uma exaltação nacionalista, muito adequada à década que sucederia sua publicação. É possível identificar um teor político, alinhado com o programa que viria com o fim da Primeira República e o golpe de Estado em 1930. Ao se referir à construção

³ Poesia publicada em *Viola de bolso novamente encordoada*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

⁴ *O outro Brasil que vem aí*, Gilberto Freyre, 1926. Publicada em *Talvez Poesia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

de um Brasil “sem Azeredos, sem Irineus/ sem Maurícios de Lacerda”. Por outro lado, sua poesia dota o brasileiro de ofícios e deveres, que prenunciam a modernidade e a nova ordem a ser posta. Mais que isso, ele permite compreender toda a ambientação de sua obra, publicada anos depois destes versos, possibilita materializar a ideologia que reinaria, na academia e na sociedade, da indiferença do brasileiro quanto ao marcador racial e a autodeterminação a partir de sua condição social.

Não se pode prescindir de uma recuperação mais geral da obra de Gilberto Freyre, mesmo tendo em conta que uma análise integral seria objeto para um trabalho dedicado exclusivamente a ela. *Casa-grande & senzala*, publicada há 85 anos, conta com mais de 50 edições e traduções, além de prêmios nacionais e internacionais. Como exposto, trata-se de um clássico. A obra-prima de Freyre teve projeção dificilmente comparável com outras obras ou autores brasileiros. O livro conta com cinco capítulos, que dividem a distribuição em suas páginas da abordagem das *três raças* que marca a concepção de Freyre. O primeiro e o terceiro dão conta da contribuição do colonizador português, intitulados *Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade, agrária, escravocrata e híbrida* e *O colonizador português: antecedentes e predisposições*, respectivamente. O segundo trata da contribuição dos índios e tem por título *O indígena na formação da família brasileira*. Os capítulos quatro e cinco tratam da participação do negro e têm por título *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*.

Freyre (2003) abre seu livro com o capítulo voltado aos aspectos da colonização referentes à base material da sociedade. Ainda que o autor demonstre sua aversão ao materialismo dialético de Marx, estrutura sua obra discutindo brevemente o modo de produção que se instala no Brasil-colônia, antes de voltar sua abordagem às características culturais e da psiquê da contribuição das três raças. Isso não significa dizer que o capítulo está isento da caracterização que permeia toda sua obra, isto é, o fundamento da tropicologia. É com essa noção que Gilberto Freyre inicia sua caracterização do Brasil e sua sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Ele destaca o sucesso da transformação e consolidação da colônia portuguesa no Brasil, em contraponto com as experiências que se estendiam há um século na África e na Índia, baseado na aptidão do colonizador para a vida tropical e em condições mais estáveis. Tal aptidão se provaria pela conjunção de fatores que tem por base: “a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.” (FREYRE, 2003, p. 65).

Assim, Freyre introduz as características basilares de sua composição. Expressam-se, assim, o modo de produção agrário, a utilização de trabalho escravo e o *híbrido*, referentes à estrutura, à exploração econômica e à composição étnica – primeiro indígena e, posteriormente, negra –, respectivamente. Para o autor, tal sociedade se consolidou mais por força de um sistema de profilaxia social e política com bases em exclusivismo religioso do que pela consciência de raça “quase inexistente no português cosmopolita e plástico” (FREYRE, 2003, p. 65), mais por iniciativa particular do que por ação oficial. Entretanto, o que regeu a formação nacional, subordinando os aspectos apresentados, foi o “espírito político e de realismo econômico e jurídico” (FREYRE, 2003, p. 65). Para o sociólogo as famílias proprietárias, na forma de senhores de engenho, possuídas de capelão, armados de índios e negros às suas ordens, donos de terras e escravos opunham-se aos representantes do Rei, contrapondo os abusos da metrópole e da Igreja.

Vale ressaltar que para demarcar a determinação do caráter suscetível à miscigenação – ou ao *hibridismo* – Freyre (2003) retoma indícios da história ibérica, principalmente portuguesa, de mestiçagem e convívio com as culturas árabes, africanas e asiáticas. Com isso, autor reforça sua posição recorrentemente buscando expressões na literatura e qualifica a singularidade do processo de formação na colônia em decorrência do caráter ibérico. Significando, portanto, uma análise que compreendia a transformação de riqueza pioneira na colônia em contraponto aos demais processos de colonização. Para o autor, a formação agrícola foi uma mudança fundamental e determinante para a consolidação nacional da sociedade, ao passo que foi determinada pelo mesmo caráter português discutido até aqui.

Deste modo, faz-se presente, ao decorrer do primeiro capítulo, exposições introdutórias da teoria de Freyre que fundamentaram a solução da miscigenação como um problema, dando lugar a explicações diversas da insuficiência civilizatória nos trópicos. A vasta discussão da fixação das sociedades ao redor dos engenhos e os desdobramentos acerca da higiene e da alimentação surgem como fatores decisivos para a degenerescência do povo miscigenado. As massas teriam sido relegadas a uma nutrição deficitária, conjuntamente com epidemias e verminoses e, mesmo, o alcoolismo endêmico, ocasionando uma anulação de seu valor econômico e social. Os senhores e escravos ocupavam um nível nutricional melhor. A chave para a compreensão desse problema estaria, para Freyre, na monocultura, tendo em vista sua crença em que a policultura poderia ter amenizado essa questão.

Novamente, a dualidade recorrente em sua obra aparece no fechamento do capítulo, agora na forma dos antagonismos que se equilibram para formar o Brasil:

Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 2003, p. 116)

E, ainda:

É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país. Esta, menos por facilidades técnicas do que pelas físicas a ausência de um sistema de montanhas ou de rios verdadeiramente perturbador da unidade brasileira ou da reciprocidade cultural e econômica entre os extremos geográficos. (FREYRE, 2003, p. 117)

Inegavelmente, são polos opostos que cingem o desdobramento social do Brasil colônia. São conjuntos selecionados pelo autor que expressam oposições existentes; entretanto, sua interpretação quanto aos antagonismos expostos não se sustenta sob investigação ou ao crivo do tempo. Sem justificar o retrato que caracteriza a amenização dos conflitos existentes, Freyre desenha um Brasil que, se houve, já não há mais. A generalidade das características apresentadas em seu primeiro capítulo cessa sua precisão na tríade *modo de produção/regime de trabalho/composição étnica populacional*, de modo que lhe escapa o conflito nos antagonismos por ele apresentado. O contraponto ao retrato ameno de Freyre se apresenta no decorrer do presente capítulo, tanto na discussão da obra de Florestan Fernandes, quanto no debate que circunda as duas obras.

No capítulo seguinte, Freyre (2003) discute a contribuição do índio na formação da família brasileira. Desde o início, fica claro o eurocentrismo com o qual a sociologia do autor tratará os nativos das terras brasileiras, opondo a *raça atrasada* à *adiantada*. Valoração que se repete ao comparar os indígenas brasileiros com as civilizações maia, inca e asteca. Não se trata de um “ encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente” (FREYRE, 2003, p. 158) como teria sido para os colonizadores espanhóis e os astecas, incas e maias, mas, “quase que um bando de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas” (FREYRE, 2003, p. 158). Fica claro, portanto, o etapismo que Freyre identifica no processo civilizatório e, assim, subentende-se a hierarquia que se propõe na contribuição das três raças à construção nacional, por ora, com referência aos indígenas

retratados como imberbes e primitivos, apagando-se, assim, à particularidade das sociedades indígenas em contato com o português.

Outro conceito que surge caro à obra de Freyre se apresenta neste capítulo, diz respeito à amenização das tensões raciais no Brasil. O hibridismo que toma lugar no primeiro capítulo se mistura com a interpretação da harmoniosidade que ele inculca às relações de raça, de modo que produziu tal ideia:

[...] dentro de um ambiente de quase a reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 2003, p. 160).

Assim, o autor expressa o processo pelo qual se conjugam, em primeiro momento, a população indígena nativa e a presença colonizadora portuguesa. Sua ideia deixa claro o contraste do *aproveitamento* dos valores e experiências dos colonizadores e a *acomodação transigente* da cultura indígena junto aos invasores. Novamente recorrendo a uma terminologia marxista, o sociólogo expõe a projeção cultural da vida material da sociedade, que reproduzia a civilização portuguesa – na expressão do exclusivismo religioso e sua profilaxia – apresentando sua solução provisória quanto a convivência e utilização da população indígena.

O sociólogo reitera, com uso das minúcias alusivas à vida cotidiana do contato conquistador-ameríndio apresentadas ao longo de seu segundo capítulo, a amálgama construída a partir da leniência lusitana com o convívio interracial. Ele ressalta que a cultura indígena foi assimilada e que não se manteve uma relação de ódio ou antipatia. O processo que se instalou, segundo o autor, foi o transbordamento das instituições sociais e a cultura material brasileira de peso indígena:

[...] o da rede, o da mandioca, o do banho de rio, o do caju, o do “bicho”, o da “coivara”, o da “igara”, o do “moquém”, o da tartaruga, o do bodoque, o do óleo de coco-bravo, o da “casa do caboclo”, o do milho, o de descansar ou defecar de cócoras, o do cabaço para cuia de farinha, gamela, coco de beber água etc. [...] o do pé descalço, o da “muqueca”, o da cor encarnada, o da pimenta etc. (FREYRE, 2003, p. 232).

Gilberto Freyre continua sua ilustração sobre a formação da sociedade brasileira. Até aqui, tem-se a sujeição da população nativa e a incorporação de seus modos de vida de harmonia com os biomas nacionais, *pari passu* à imposição do patriarcado em seu arranjo familiar, incentivo ao Estado e a Igreja, além da produção colonial agrária, voltada à metrópole, estes promovidos pelo colonialismo português. Também, aparece a ideia de inaptidão à vida

sedentária e ao trabalho escravo pelos índios, explicados, para Freyre, pela transição de ruptura com a vida nômade, sua alimentação e, mesmo, uma cultura inferior a do negro africano.

No capítulo seguinte, Freyre (2003) retoma sua caracterização do colonizador português, sob a proposta de aumentar em minúcia esta figura. A ideia é individualizá-lo frente outros colonizadores – o espanhol e o inglês – mantendo sua descrição do conquistador flexível e de menor preconceito, separado do conservadorismo dramático espanhol e da rigidez puritana inglesa. A dualidade do caráter português novamente é objeto no texto do autor. Freyre reconhece o escravocrata terrível no português, embora amenize, quase sempre que imediatamente, contrapondo com o europeu que melhor lidou com as raças tidas como inferiores, o menos cruel com o trato dos escravos. Não obstante, o autor considera tal atitude como reflexo da impossibilidade da construção de uma aristocracia europeia, pois “escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas” (FREYRE, 2003, p. 265), embora para o sociólogo “independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica” (FREYRE, 2003. p. 265). Em outras palavras, o motivo primeiro da construção da singularidade brasileira, para Freyre, é a *plasticidade social*, tendência à miscigenação, de que era dotado o português.

A ferramenta que o autor encontra para enfatizar a figura do colonizador em seu terceiro capítulo é a de retomar o português de Quinhentos e Seiscentos, inicialmente. Deste modo, o autor acredita que alcançaria uma ideia mais precisa do colonizador do Brasil. Para além, Freyre segue sua abordagem até desembocar no sistema agrário e escravocrata desenvolvido no Brasil, primeiro com o açúcar, posteriormente com o café. Sempre reforçando a inferioridade cultural do índio, que fica relegado ao segundo plano e demarcando como pano de fundo que a opulência e riqueza pretendida nas Índias, pôde ser finalmente alcançada.

Retomando o quarto capítulo de *Casa-grande & senzala*, mencionado anteriormente na presente seção, tem-se a descrição da contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira. *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* é um capítulo fiel ao título, já que o autor afirma, logo no início, que não há interesse direto da importância do negro à vida estética, menos ainda ao progresso econômico, do Brasil. Deste modo, Freyre especula sobre a predileção do homem branco pela mulher negra, apresentando casos pontuais que reiterariam sua concepção. Entretanto, neste capítulo, aparece uma ideia relevante à construção das relações de raça brasileira. O sociólogo reconhece, de forma definitiva e para contrapor Nina Rodrigues e José Veríssimo, o papel ativo na corrupção da vida de família e os *moleques* e *mulatas* como o componente passivo. Isto se coloca contra a consideração de Nina Rodrigues da *mulata* como superexcitada sexual e de José Veríssimo como o que dissolveu a virilidade física e moral do

homem branco: “Nós uns inocentinhos: elas, uns diabos dissolvendo-nos a moral e corrompendo-nos o corpo.” (FREYRE, 2003, p. 462), ironiza o autor.

Embora o sociólogo tenha manifestado a escolha contrária ao enquadramento do sistema econômico ou da vida estética, seu quarto capítulo apresenta o desenvolvimento do sistema agrário como pano de fundo, como cenário da relação entre o homem branco colonizador e os escravos negros. Mesmo assim, o que permanece como característica de maior relevo é a conformação do caráter do homem branco a partir das relações com a população negra:

Em outros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em consequência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o *grande atoleiro de carne*: a negra ou a mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa, muita adolescência insaciável.

Daí fazer-se da negra ou da mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro. Com a mesma lógica poderiam responsabilizar-se os animais domésticos; a bananeira; a melancia; a fruta do mandacaru com seu visgo e a sua adstringência quase de carne. Que todos foram objetos em que se exerceu – e ainda se exerce – a precocidade sexual do menino brasileiro. (FREYRE, 2003, p. 455, *grifo nosso*)

Com esse trecho, Freyre rechaça a ideia de responsabilização dos escravos negros, bem como dos senhores, pela corrupção moral e precocidade sexual, ao passo que imediatamente anterior a esse trecho, o autor ressalta a ideia de que a criação dos meninos do engenho era excessivamente permissiva que se perdia entre a leniência com seus sadismo e a criação entre escravos inermes. A resposta reside, para o autor, na geografia dos trópicos e no sistema escravocrata.

Outra expressão relevante trazida neste capítulo de *Casa-grande & senzala* é a forma pela qual se praticou a catequização dos negros e, assim, sua assimilação na sociedade aqui estabelecida. Para Freyre, em contraponto à tese de impossibilidade de catequização dos negros, de Nina Rodrigues, o processo de batismo em conjunto com a permissividade com a manutenção de expressões culturais e da *mítica* africana foi determinante para disciplinar o negro como elemento incorporado na sociedade vigente. Para além, o capítulo se ocupa de outras interpretações e relatos sobre a vida sobreposta dos negros e dos senhores. O casamento e sua relação com o patriarcado e as relações com as negras, a escolha da criação e de amamentação dada a presença das amas de leite negras. A dualidade de Freyre se faz presente no contraponto da mulher branca constituindo o seio familiar, seus costumes, vestimentas, seu endeusamento e, mesmo, sua inclusão precoce na vida adulta – assim como para os meninos,

muito mais para com os escravos – e a relação e hiperssexualização da mulher negra como acessório desta mesma vida familiar.

O capítulo quinto, embora seja uma continuação do quarto, apresenta nova direção à obra de Freyre – mesmo que em sua totalidade aqui já se tenha referido às conclusões e interpretações. Seu texto inicia comentando a precocidade dos meninos brancos, desde muito cedo educados e ensinados a se comportarem como homens. É aqui que o autor continua seu quadro harmonioso do Brasil, rechaçando o histórico de segregação a partir de afirmações como “quando é que as leis de proibição portuguesas e brasileiras foram escritas para serem cumpridas à risca?” (FREYRE, 2003, p. 502) e que a tendência genuína, portuguesa e brasileira, “foi sempre no sentido de favorece o mais possível a ascensão social do negro” (FREYRE, 2003, p. 503). O autor se refere à situação da educação, dos casamentos interracialis, do sacerdócio, novamente a degradação das mulheres negras – em contraponto à indígena ou, mesmo, branca –, a vida religiosa, aos embates de legitimidade e perpetuidade de patrimônio quanto ao direito de sucessão e as relações sexuais, excessivamente presentes e naturalizadas.

O capítulo se ocupa de outra característica da obra de Freyre, sobejamente conhecida: a contribuição dos escravos negros à culinária brasileira. O autor descreve, minuciosamente, os diversos pratos e ingredientes que foram incorporados à alimentação do Brasil, com origem de ingredientes, condimentos e temperos. Ao passo que ele evidencia o processo de aculturação posto em prática, também considera o movimento retrocedente de diminuição e expulsão de tais elementos na cultura nacional, pela incorporação de elementos europeus no momento que se seguiu a Independência. Por fim, Freyre considera como herança do negro, a alegria à vida doméstica do brasileiro, pelas suas canções, danças e festas populares. Se propositalmente ou inocentemente não se pode saber, mas o autor traz a ilustração da alegria dos negros ao passo que cita a repressão por parte das câmaras municipais e dos administradores, a subserviência dos escravos aos senhores mandarem “os negros cantar suas cantorias africanas quando chegava ao engenho qualquer visita” (FREYRE, 2003, p. 552) e:

Nos engenhos. Tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa e enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – os negros trabalharam sempre cantando (FREYRE, 2003, p. 551)

O progresso econômico, bem como o sistema produtivo parece ter relevância maior do que apenas pano de fundo. Não se escapa, em nenhum dos relatos, a contribuição das raças abjetas – talvez menos para Freyre do que para seus antecessores – à construção econômica e o

quadro das relações de produção no Brasil, que ficam invariavelmente ofuscadas pelas contrapartes culturais de maior bojo para os olhos do autor. Talvez por isso o último – e mirrado – parágrafo de sua obra tem aqui maior importância simbólica que o quadro geral de suas elucubrações:

Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram: mas ficaram pensando. E sem achar gosto na vida *normal* – entregando-se a excessos, abusando da aguardente, da maconha, masturbando-se. Doenças africanas seguiram-nos até o Brasil, devastando-os nas senzalas. As boubas e talvez o pião, entre outras. E comunicando-se às vezes aos brancos das casas-grandes. A África também tomou vingança dos maus-tratos recebidos da Europa. Mas não foram poucas as doenças de brancos que os negros domésticos adquiriram; e as que se apoderaram deles em conseqüências da má higiene no transporte da África para a América ou das novas condições de habitação e de trabalho forçado que nas cidades foi quase sempre “em desproporção com a nutrição”; diz-nos Jobim [...]. (FREYRE, 2003, p. 553)

Este trecho de seu último parágrafo demarca a situação de toda uma população, já brasileira, que tida como elemento separado e como origem de um contributo social, para Freyre, permite organizar uma nova formação social, uma civilização nos trópicos, bem-sucedida e, em última instância, molde para outras tantas civilizações e colônias portuguesas. É o quadro derradeiro de uma conformação de relações no Brasil que para o autor significou bonança, menor crueldade, tratamento acolhedor e harmonioso. Sem desqualificar o esforço intelectual e a projeção de seu livro, pode-se notar que, ao menos, há espaço para um apontamento em outra direção, qualificando seu objeto a partir de outros métodos e uma perspectiva menos da *casa-grande* e mais da *senzala*.

Deste modo, por ora conclui-se que, ao prescindir de um rigor metodológico que Freyre considera extremamente generalista, seu ensaio almeja dar conta de estruturas que são mais complexas do que se expõe. A conjunção das três raças considera a união de fatores que não apresentam base de comparação entre si. O ensaio do sociólogo mistura as contribuições do indígena, do negro e do português como água e óleo, construindo uma imagem disforme do desenvolvimento concreto da sociedade brasileira. O processo de construção histórica e as dinâmicas de conformação das estruturas sociais descritas contam a contribuição de base e estrutura partindo do colonizador, minimizam os arranjos de poder e de dominação e incorporam acessoriamente os elementos culturais cingidos de cor, seja negra, seja indígena, de maneira inferiorizada e com degeneração, embora o autor reforce a construção de relações harmoniosas e um novo marco civilizatório nos trópicos.

A perspectiva eurocêntrica, da casa-grande, dita o tom do texto de Freyre. Ainda que fique subentendido, ou mesmo pontuado brevemente, expressões essenciais das estruturas de dominação e de conformação da sociedade não tomam força explicativa de tal processo. A invasão e conquista dos povos nativos, seguida do estupro continuado das mulheres indígenas e descarte de seus homens, embora expresse um padrão histórico de guerras e conquistas de outros povos, toma forma da afeição do português à *mulher exótica*, a ausência do preconceito inflexível, a *plasticidade social*. Tal dinâmica de subjugação é normatizada pelo que o autor compreendeu como nova composição da família colonial, mesmo que esta seja motivada pela “escassez de mulher branca” e reconhecida a profilaxia religiosa gerada pelo exclusivismo cristão. Em outras palavras, vê-se que, para Freyre, os portugueses trouxeram o cristianismo como regra, sua ordenação social de gênero e arranjo familiar com o patriarcado, estruturas sociais que caracterizam a superestrutura do capitalismo até hoje. Por outro lado, como que de maneira isonômica, os índios emprestaram hábitos alimentares e práticas cotidianas.

Para além, a tese freyreana de miscigenação benéfica parece contrapor seu discurso e algumas de suas elucubrações. Não é raro que se reforce estigmas racistas e, mais, considere o contato prolongado do colonizador com os colonizados como uma *deformação* do primeiro. Sua linguagem é recorrentemente perniciososa aos grupos que sua obra teria a vantagem e objetivo de incluir. O próprio português aparenta estar inferiorizado quanto aos demais imperialistas europeus, se confundindo sua caracterização de flexibilidade entre pecha e virtude. O que é certo, *ipsis literis* com sua obra, é que este contato no Brasil produziu um português manchado de podre, amolengando seu caráter por corrupção e decadência. Embora seja verdade que uma análise de discurso seja necessária para aprofundar estas afirmações, fica evidente que o ensaio cuidadoso de Gilberto Freyre, rico em minúcia e voltado para os detalhes do Brasil colônia, não teria sido construído a partir de desleixo e imprecisões em sua linguagem.

Também em relação aos negros, Freyre parece ter tido uma impressão inversa do que se reconhece atualmente, seja pela história ou como evidência social. Ainda que se defenda um anacronismo nessa carga de críticas, os fatos históricos aos quais o sociólogo recorreu permanecem os mesmos, o que se transformou foi a permissividade com a qual a sociedade permite a hierarquização de seus indivíduos por recortes de cor e de gênero, esta ainda existente em um alto nível. Para além, o que era normal e regra se modificou, porquanto Freyre se tornou acadêmico e publicou seu livro quando se iniciou o desenvolvimento capitalista no Brasil. Resta crer que os óculos pelos quais o autor enxerga o mundo considerava uma valoração ao futuro, por um lado, e ao saudosismo colonial, por outro.

Isso é o que indica poder coexistir em seu enquadramento da formação nacional, entre a dominação da população negra e sua suposta inclusão integral e pacífica, uma série de antíteses: os estupros sistêmicos de mulheres e meninos em contraste com a ilustração sobre a predileção por mulheres negras e suas participações na vida sexual e de família do brasileiro; a profilaxia religiosa com seus batismos e catequizações opondo-se a aculturação contemporizadora dos elementos religiosos africanos com a incorporação benevolente de ritos e míticas; a dura sobrevivência de valores, práticas culturais e do próprio espírito de humanidade dos negros, transfigurada na cena de alegria emprestada à vida doméstica da casa-grande; o arrimo à construção da riqueza material do Brasil colônia e decorrente financiamento do desenvolvimento capitalista, com a amenidade da escravidão brasileira e das relações de raça, bem como, a expulsão sistemática e marginalização, além da produção de uma condição psicológica epidêmica na população negra divergindo do esforço português secular de inclusão de não-brancos na sociedade. Por fim, é curioso que frente a essa miríade de contradições aparentes, Freyre responsabilize, ultimamente, o sistema econômico o qual não seria objeto primeiro de reflexão, eximindo o colonizador de culpa pelo sadismo produzido. Talvez seja a única vez em que o português, o senhor de engenho, o *ioiô* apareça enquanto um elemento passivo em seu texto.

Que fique claro que não se disputa o fato de que as culturas negra e indígena foram absorvidas dentro de um contexto de dominação colonizadora e que as instituições e estruturas sociais só poderiam, portanto, ter origem essencialmente europeia. O que se discute é a fundamentação de uma tese de surgimento de uma sociedade com potencial civilizatório graças à miscigenação, ao passo que a contribuição das raças inferiorizadas permanece abjeta e acessória, sem se considerar a centralidade das estruturas de dominação. Inferir que a harmonia racial surgiria a partir de um processo de sujeição com recorte estritamente de raça e gênero e, considerando tal dinâmica, ter a aculturação contemporizadora como evidência disso é, minimamente, uma perspectiva datada. Outros marcos teóricos desvelaram o real estado das relações de raça, seja no Brasil colonial, no desenvolvimento capitalista nacional ou na atualidade. O tempo evidenciou uma realidade concreta na qual existe um processo de incorporação cultural dúbio, vê-se a expulsão e exclusão do índio e do negro, bem como de seus signos e valores. Reconhece-se uma estrutura racista institucionalizada na sociedade – produtora de intensa segregação socioeconômica – que invariavelmente não poderia ter sido fruto do quadro que pinta Gilberto Freyre. Com o objetivo de contextualizar as últimas afirmações, este trabalho segue retomando a obra de Florestan Fernandes e, posteriormente, ressalta o impacto das duas obras entre si e na sociedade.

3.2 A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: CONTRAPONTO E MANUTENÇÃO

Tendo recorrido à interpretação crítica da contribuição de Gilberto Freyre, esta subseção se ocupa em retomar as contribuições de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*. Ainda que esta obra não se ocupe objetivamente da base produtiva colonial, não tratando, portanto, do mesmo período histórico, sua utilização se justifica pelo embate direto de ideias entre as duas obras, pelo contraponto apresentado ao legado de *Casa-grande & senzala* e por introduzir uma perspectiva totalizante das relações capitalistas e sua decorrência nas de raça. As ideias de Freyre são contra-argumentadas justamente pela concepção de Fernandes (2008) na qual se expõe que o negro teria o pior ponto de partida na integração à *ordem social competitiva* – para usar suas palavras –, formada a partir da desagregação do regime escravocrata e senhorial.

Para melhor compreender a colocação da obra de Florestan Fernandes inicia-se recorrendo ao prefácio escrito por Antonio Sérgio Alfredo Guimarães à quinta edição. Guimarães (2008) mostra que, diferentemente do que preconizava Gilberto Freyre, Florestan inclui a população negra no centro dos conflitos que formariam a sociedade e o Estado no Brasil. Esta centralidade estaria posta tal como para os trabalhadores industriais na Inglaterra. O autor afirma, também, que Florestan foca sua teoria no entrelaço entre a população imigrante europeia e os negros migrantes, como formação da classe trabalhadora paulista. Para Fernandes (2008), é uma análise de como um povo emerge, que trata de um assunto pouco ou mal explorado na sociologia brasileira. Outro ponto de relevo é o levantamento que Guimarães (2008) faz quanto ao legado que a obra de Florestan deixou ao debate das relações raciais. O autor elenca uma série de teorias que se estabeleceram como paradigma e outras que foram superadas. A primeira se refere ao mito da escravidão benévola, que deita suas bases na interpretação de Gilberto Freyre referente ao tratamento do colonizador europeu no sistema escravagista latifundiário. Tanto a pesquisa de Florestan, que se restringia às relações raciais em São Paulo, como as realizadas pelos seus seguidores no sul do Brasil, questionaram esta tese e mostraram seu caráter ideológico (cf. Cardoso, 1962 e Ianni, 1962).

A escolha de São Paulo como objeto do estudo é justificada por Fernandes (2008) tanto por ser a comunidade que apresentaria o maior grau de desenvolvimento da elaboração socioeconômica do regime de classes, quanto pelo fato do negro só ter adquirido importância econômica tardiamente e sofrer efeitos da concorrência da substituição populacional, ou seja,

das políticas de incentivo à imigração. Isto sendo, para Fernandes (2008), seu livro permite abordar as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do sistema escravocrata e a expulsão do negro das relações de produção.

Segundo Guimarães (2008), a obra de Florestan é uma investigação da relação senhor-escravo, em conjunto com a interação da ordem social com a econômica e suas reproduções pelo tempo, isto sendo, a coadunação das ordens política e ideológica com a economia e a sociedade. Este foi o método de investigação – conhecido como histórico-estrutural – que possibilitou, mais que descobrir as incongruências alimentadas sobre um passado harmonioso, trazer à luz as contradições correntes da sociedade brasileira. É um método que operava em conjunto com a teoria estrutural-funcionalista da sociologia e psicologia social, como o conceito de *personalidade-status*. É da relação entre a adaptação do ex-escravo, inserido nas *personalidades-status* da nova ordem competitiva, de que se ocupa a análise de Florestan.

Fernandes (2008) se refere ao próprio método como uma consideração dos aspectos psicodinâmicos e sociodinâmicos que mobilizam o homem da plebe aos papéis sociais e casualidades da vida dentro da ordem competitiva. Este afirma que sua análise toma forma em um estudo da formação, consolidação e expansão do regime baseado em classes sociais, sob o prisma das relações raciais, isto é, da absorção do negro. Guimarães (2008) ainda expõe outras influências no método de Florestan, partindo de Mannheim, Durkheim e, mais expressivamente, a dialética de Marx. Candido (2001 apud. GUIMARÃES, 2008) referia-se a esta última influência como um “rio subterrâneo” que percorria os escritos de Florestan. O contraponto mais direto à obra de Freyre está na abordagem da democracia racial como um mito, ao invés do ideal normativo defendido por Freyre e difundido na sociedade civil. Mito, pois se conforma como uma ideologia dominante, que parte de uma percepção de classe que projeta seu ideal de conduta como verdade efetiva. Essa sua ideia inspirou os fundadores do Movimento Negro Unificado ao final da década de 1970 (GUIMARÃES, 2008).

Conforme demonstra Guimarães (2008), algumas de suas teses levantadas no livro foram contrapostas como a ideia de auto exclusão do negro do mercado de trabalho⁵ paulista após a abolição e a tese complementar de que imigrantes europeus não praticavam discriminação racial para com os negros. Enfatizou-se o modo com o qual as teorias racistas remanescentes do fim do século XIX foram responsáveis para construir no senso comum justificativas para a substituição do negro pelo imigrante europeu (cf. Schwarcz, 1993).

⁵ Vale lembrar que Furtado (1959) inaugura esta teoria ao partir de uma interpretação marginalista da participação do negro no modelo assalariado, retratando-o como um agente racional com preferência ao ócio frente a um sistema que poderia pagar mais do que seu nível de subsistência.

Também se demonstrou como a preferência pela mão-de-obra imigrante não dependeu de habilidades ou das personalidades-status mais adequadas dos imigrantes, ou seja, que o negro brasileiro não estaria despreparado para a liberdade (cf. Andrews, 1991). E, também, que o capitalismo industrial não prescindiria do racismo herdado da ordem escravocrata (cf. Hasenbalg, 1979).

Por fim, a análise de Guimarães (2008) ainda critica a presença de certo senso comum da época que sugere culpabilização da vítima e que isso seria inescapável a qualquer escritor e que isso não impede a percepção e a valorização do que se tem importância. Entretanto, o autor demarca que Florestan tece sua crítica à burguesia de boa consciência que rechaça movimentos negros e que não reconhece o marcador racial a não ser quando se é do próprio interesse. É a crítica à dominação burguesa através do silêncio, através da ignorância ao outro, da supressão do jogo democrático e da ação no sentido da perpetuação do mito da democracia racial.

Fernandes (2008), conforme exposto anteriormente, divide claramente sua obra entre a desagregação do sistema servil, em um primeiro momento, para então abordar a consolidação da ordem competitiva. Isto decorre na exposição da relação do negro com o trabalho livre e a europeização, com a revolução burguesa e sua decorrente exclusão. Até que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passasse a realocar o negro no sistema produtivo, gerando uma anomia ao negro na sociedade. Enfim, vê-se o ajustamento dessa condição da população negra pela sobrepujança da ideologia de democracia racial frente a concretude das relações raciais brasileiras. Deste modo, distribuem-se seus capítulos sendo o primeiro *O negro na emergência da sociedade de classes*, o seguinte *Pauperização e anomia social* e *Heteronomia racial na sociedade de classes*.

Fernandes (2008) introduz o primeiro capítulo de sua obra partindo da desagregação do regime escravocrata, descrevendo sua crítica à isenção de responsabilidade dos senhores escravagistas sobre a população negra recém liberada, que não recaiu sob nenhuma instituição, nem sob a Igreja ou, mesmo, o Estado. Desta forma, o autor orienta sua interpretação sob a liberação de mão de obra negra para a consolidação da ordem social competitiva sob a égide apresentada em nota anteriormente. No primeiro parágrafo de seu texto, Florestan enquadra a ideia de Furtado de despreparo para ocupação no regime capitalista da população liberta, reconhecendo a espoliação decorrente da Abolição, já que não houve atividade direta de preparo desta população para o novo regime de vida e trabalho ou o que pudesse garantir a meios materiais e morais para inclusão na ordem competitiva.

Quanto à Abolição, Fernandes (2008) apresenta uma reconstrução histórica que desvela a incredulidade do sucesso de tal movimento ainda na década que sucedeu sua outorga,

argumentando acerca do intrincamento entre o interesse sobre o futuro da lavoura e o destino do escravo. A partir do momento em que se sucedeu a Abolição, o interesse político tornou-se exclusivamente à crise da lavoura e suas respectivas indenizações e auxílios, tendo o espaço do negro em relação ao trabalho e sua integração social relegadas dos assuntos políticos. Mesmo que mantidos os conteúdos humanitários como pauta abolicionista, condenou-se, por outro lado, os interesses econômicos, valores sociais e políticos do regime servil, de modo a cingir a luta pelo fim da escravidão de uma real intenção político-econômica que emerge como alternativa incontível para grande parte das camadas dominantes.

Expressando-se o foco em São Paulo, seu primeiro capítulo elenca três motivos para a inclusão proporcionalmente menor do negro liberto neste contexto urbano, em comparação com Rio de Janeiro, Recife e Salvador. A expansão urbana relativamente tardia, em contraponto às demais cidades de relevo ao final do século XIX e início do seguinte, a absorção majoritária dos postos de trabalho pelo imigrante europeu e, por último, a indisposição de São Paulo à absorção do negro. Em efeito, para o autor, tais características decorreram da baixa diferenciação na esfera de serviços e trabalhos livres, da competição do imigrante europeu capilarizada nos postos de trabalho referentes ao artesanato urbano e ao trabalho livre e independente e da combinação entre a dominância de um espírito burguês na cidade de São Paulo e da falta dele para o negro recém liberto (FERNANDES, 2008).

Ao introduzir sua obra, o sociólogo traz em seu primeiro capítulo a ideia de abandono do negro pela sociedade brasileira. Para ele, o desenvolvimento do capitalismo com seu novo regime de trabalho e a República incorporaria novos padrões e ideais, enquanto que o negro teria a tarefa de se reeducar e de transformar-se para atender às novas demandas. Debruçando-se sobre essa perspectiva, Fernandes (2008) discute a mudança na morfologia da cidade – que alterou a absorção do negro como agente de trabalho –, decorrente da associação entre urbanização e a europeização, a consolidação do regime classista em São Paulo de exclusão quase que total dos negros e a dificuldade de adaptação e integração dessa população frente à urbanização.

Deve-se notar, a partir da tipificação marxista, que a conformação da força de trabalho nos moldes capitalistas acomodaria, excluindo-se o lumpemproletariado, todos os despossuídos dos meios de produção, de modo que a existência e reprodução destes na sociedade de classes só pode se dar pelo emprego do próprio trabalho. Desta maneira, a população negra recém liberta poderia ter sido incluída por realizar diversos ofícios mantidos no regime assalariado que se moldava. O ajustamento da interpretação de Florestan deve ser feito no sentido de minimizar a ideia de inaptidão ao trabalho livre da população egressa da escravidão, inserida

sob esse contexto numa carga de degenerescência própria ou sob lógica utilitarista tal qual vista na interpretação de Furtado. Como ilustração de tal disponibilidade e força de argumentação, Versiani e Nogueira (2016) arrolam ofícios mencionados nos inventários de escravos, divididos entre artesãos, trabalho doméstico qualificado, trabalho rural qualificado e escravos de ganho. Dentre os ofícios estavam, por exemplo, o de alfaiate, barbeiro, caixeiro, carpinteiro, ferreiro, marceneiro, padeiro, pedreiro, sapateiro, camareira, costureira, cozinheira, engomadeira, fiandeira, lavadeira, mucama, cargueiro, feitor, mestre de açúcar, vaqueiro, ganhador e vendedeira. Tais ofícios demonstraram absorção em ambos os centros urbanos e rurais; entretanto, como observado por Florestan, os imigrantes europeus foram responsáveis pelo preenchimento de tais postos, evidenciando uma exclusão baseada explicitamente numa linha de cor. Ademais, principalmente ao trabalho doméstico qualificado, a manutenção dos padrões escravagistas deixou de herança às mulheres negras, ocupações inferiorizadas que ainda hoje se observa um recorte racial e de gênero expressivo no país.

Fernandes (2008) – evidenciando a qualificação que faz Antonio Candido sobre o *rio subterrâneo* de seu uso do materialismo histórico-dialético –, inicia seu segundo capítulo apresentando a confluência de processos histórico-sociais de formação do modo de produção capitalista. Para ele, a emergência da ordem social competitiva e da urbanização da cidade de São Paulo são processos coincidentes estrutural e dinamicamente, frutos do volume da produção cafeeira e suas formas de comercialização. Deste modo, a convergência destes desdobramentos é tipificada pelo crescimento econômico acelerado, concentração demográfica e pela modernização institucional, sendo, por outro lado, particular à São Paulo, a única cidade brasileira à época que teria consolidado o regime de classes, separando-se do padrão brasileiro tradicional de organização urbana, tanto do espaço quanto de modo de vida. Nesse contexto, a posição de cada grupo étnico dependia da capacidade de participação no desenvolvimento sociocultural e do crescimento econômico. Para os negros, restou a margem e exclusão da prosperidade geral por não haver condições de ingresso, assim, viviam nas cidades, mas não progrediam com ela e por ela, consolidando um agravamento de seu estado de anomia social transplantado da escravidão. Isso decorreu em um “déficit negro”, que o autor propôs investigar sanando uma lacuna gerada pela limitação de interpretações das causas psicossociais ou socioculturais.

O “déficit negro” se caracteriza por um círculo vicioso advindo da pobreza e dos níveis baixos de existência que, progressivamente, aprofundam-se independente da disposição e esforço contrário, ocasionando uma alta taxa de mortalidade referida à linha de cor. Fernandes (2008) apresenta as interpretações de Oliveira Viana e Alfredo Ellis Jr., que consideravam uma

herança biológica como causa de uma preponderância do branco em relação ao negro, usando os dados de saúde e mortalidade para sustentar suas avaliações. O autor afasta tais ideias mantendo a crítica ao anticientificismo de suas conclusões e a pretensa qualificação alheia às doutrinas de superioridade racial, afirmando tendências demográficas contrárias e qualificando o processo de branqueamento da população pela imigração. Em sequência, ao realizar uma minuciosa avaliação dos processos de incremento e transformação demográficos, o sociólogo identifica uma contratendência de origem migratória que faria por compensar os altos índices de mortalidade da população negra que, apesar de não encontrarem um nicho seguro no centro urbano, insistiam inclusão nesse ambiente.

Fernandes (2008) prossegue descrevendo a dinâmica de desorganização social produzida pela condição marginal do negro no centro urbano. Caracteriza, assim, as oportunidades de postos de trabalho excludentes e a sucessiva autoexclusão e inocupação voluntária, a disposição referida aos vícios e ao crime, a incorporação da mulher negra ao trabalho doméstico remunerado e, mesmo, a vida familiar desintegrada. Novamente se destaca a construção dual que o autor utiliza ao tratar os temas socioculturais e psicossociais, ambientando sua argumentação com extensa qualificação dos efeitos do capitalismo que manteve a exclusão da população negra.

Por fim, o capítulo interpreta ocorrências sociopáticas da condição da população negra no convívio urbano. Fernandes (2008) ressignifica caracterizações pejorativas do negro inculcando à condição de anomia social a produção de uma apatia negra. Por estar inserido numa condição de extrema impotência, o negro se viu reduzido como e enquanto agente histórico na sociedade de classes. As pechas atribuídas a eles aparecem justificadas pelo que o sociólogo chama de *carência institucional*, já que, por terem sido inseridos caducamente nos processos de determinação do grau de acesso às instituições sociais urbanas, não poderiam absorver técnicas, normas e valores normativos. Comportamentos de indolência, desinteresse pelo trabalho, resignação, etc. correspondiam, para o autor, às dificuldades emergentes nas situações de convivência. Havia como que um desafio constante à condição humana do negro, que devia recorrentemente demonstrar que não lhe faltava vontade ou que era “gente”. Desta forma, qualifica-se um quadro de *tensões psicológicas destrutivas* e a desorganização social perene funcionava como fator de apatia. Produziu-se, portanto, a conformação da ordem social competitiva mantenedora de resíduos de formas sociais arcaicas, A população negra estaria, assim, condenada ou a absorver os padrões técnico-culturais, de existência e os valores sociais – podendo transpor a condição de pauperismo e inércia sociocultural – ou eternizarem esse

contexto das características estigmatizantes do estilo de vida correspondente a ela. Assim, a conclusão de Florestan é de que:

A sociedade de classes abriu as suas portas aos ‘homens de cor’, sob a condição de que se mostrassem capazes de enfrentar e de resolver os seus problemas de acordo com o código ético-jurídico que ela instituía. Mas, na realidade, ela transferiu para os ombros deles a pesada tarefa de prepararem sozinhos, a ‘redenção da raça negra’. (FERNANDES, 2008, p. 298)

As conclusões de Fernandes (2008) para os primeiros dois capítulos explicitam dois fatores essenciais à compreensão das relações de raça na sociedade capitalista. Tem-se, portanto, que a ordem social competitiva e o regime de classes não se instauraram homoganeamente em São Paulo, por um lado, e que a manutenção de estruturas do antigo regime se manteve viva em vários níveis da convivência humana. Em harmonia com a premissa do presente trabalho, Florestan evoca os fatores socioculturais residuais do passado, caracterizando o desenvolvimento do novo regime entre fases alternantes de seu desenvolvimento estrutural de diferenciação progressiva e de avanço e, por outro lado, o compromisso com o passado e de resistência seletiva a inovações. Isso se explicita, de forma mais evidente, a partir dos dois polos extremos constituídos pelos círculos sociais das elites de camadas dominantes, de um lado, e dos setores dependentes da população, de outro. Assim, destaca-se sua tese de que, facilmente, a degradação advinda da escravidão, a anomia social discutida anteriormente, a pauperização e a integração deficiente da população negra combinaram-se entre si para gerar um padrão de isolamento econômico e sociocultural destoante da sociedade competitiva, aberta e democrática que se pretendia. Equivale dizer que o negro havia sido enclausurado na condição de liberto tendo permanecido assim ainda por muito tempo.

Ao aproximar a reflexão da rede de relações raciais ao seu tempo, Fernandes (2008) chegou a conclusão de que a desigualdade econômica social e política entre negros e brancos observada não seria mero fruto do preconceito de cor e da discriminação racial. Tais esses mecanismos teriam, por sua vez, a função de manter a distância social e o padrão de isolamento, conservados pela perpetuação indefinida das estruturas parciais arcaicas, o que significa dizer que eles não criaram a realidade atual. Enquanto eles defendiam barreiras que protegiam privilégios já estabelecidos e a posição dominante do branco na sociedade, o autor acredita que não tencionavam instituir tais privilégios econômicos, sociais e políticos.

Deve-se salientar que, em dois aspectos, essa conclusão precisa de certa adequação. Primeiro, ainda que o mecanismo principal da segregação racial não institucional na sociedade

brasileira não seja o preconceito racial, ele se assenta na ideia que tem por mote justamente a inferioridade racial do negro. Sua permanência, mesmo que tenha incorporado contextos emergentes típicos do desenvolvimento capitalista, tem por base e se reproduz através de uma linha de cor trazida à tona, na história humana, pela noção de discriminação racial. A condição subalterna da população negra na sociedade de classes foi criada em consequência da conjunção dos fatores de sua não integração à nova ordem, que por sua vez são herança do escravagismo que desumanizou negros pelo crivo último da cor de suas peles. Em segundo lugar, como reconhece Florestan, a sociedade capitalista criou ferramentas – como alternativa à criação de políticas ativas de incorporação do elemento negro em seus quadros normativos – de controle dos desvios gerados pela anomia tipificada pelo autor. Isso significa dizer que, sob um recorte racial, as instituições capitalistas se desenvolveram de modo a agir a partir de tal padrão de preconceito racial e discriminação o que se conforma como instituição de privilégios tácitos, orientados pela linha de cor. Isso evidencia-se pela violência policial e pela justiça criminal não isonômica, por exemplo; ou seja, ainda que não estejam arrolados institucionalmente, vê-se que o Estado dispensa um tratamento diferente ao cidadão dependendo da cor da pele.

Em sequência, tendo o segundo capítulo de *A integração do negro na sociedade de classes* se ocupado em explicar as razões do negro ter se mantido apático diante de tal processo histórico social e de suas consequências, seu terceiro capítulo volta às atenções ao modo e os limites do branco que “continuou preso a um sistema de valores sociais e de dominação racial que acarretava a vigência de um padrão de ajustamento intersocial análogo ao que vigorava na sociedade de classes” (FERNANDES, 2008, p. 304), para colocar nas palavras do autor. Desta forma, o embate explícito das ideias de Freyre e Florestan é apresentado, sendo que a primeira subseção do capítulo terceiro discute o mito da “democracia racial”, seguindo posteriormente a discussão dos padrões tradicionalistas de relações raciais.

Fernandes (2008) ambienta a discussão da democracia racial a partir do fato de não se ter havido resistência aberta, consciente e organizada que enquadrasse em oposições antagônicas os negros e brancos. Em outras palavras, por não existir em nenhum momento histórico uma ameaça da população negra à posição dominante do branco – seja na estrutura de poder da sociedade, nem à sua respeitabilidade ou exclusividade de seu padrão de vida –, não houve a criação de barreiras para impedir a ascensão do negro, nem mesmo se consideraram os riscos que a competição deste traria à população branca. Perpetuaram-se os padrões de relação de raça elaborados na escravidão e a partir da dominação senhorial de forma alheia as prováveis consequências sociais, econômicas ou políticas da livre competição gerada por uma igualdade racial aos brancos. Resta a ideia, ao autor, de que foi a omissão do branco que redundou na

manutenção de tal *status quo ante*. Por outro lado, tal circunstância multiplicou o poder dinâmico dos fatores socioculturais inerciais, tendo o branco ocupado uma posição de tendência à aceitação passiva da continuidade de padrões de acomodação social arcaicos.

Desta forma, após discorrer sobre os efeitos sociopáticos da desorganização social permanente, Fernandes (2008) apresenta nova luz ao estado das relações raciais no contexto capitalista paulista, contrastando com o *establishment* de harmonia popularizado através dos escritos de Freyre. O autor apresenta a persistência de quase meio século da ideologia racial soberana e intocável conflitante com as bases políticas, legais, socioculturais, psicológicas, ecológicas e econômicas de uma sociedade multirracial, secular e aberta. Se mantinha um direcionamento ambíguo de repulsa ao tratamento igualitário do negro e acomodação aos requisitos do novo regime democrático que, na prática não favorecia o negro. Aparentemente, essa ambivalência foi no sentido de suavizar os mecanismos de competição, onde a prevalência do paternalismo permitiu uma infiltração econômico-social intermitente. Por outro lado, decorria dessa dinâmica um ônus ao negro que não se “adestrava” à livre concorrência e seguia sofrendo os efeitos espúrios de uma “acefalização insuperável que tal processo de ascensão socioeconômica instituiu” (FERNANDES, 2008, p. 308). É, portanto, sob um contexto de inexistência de um propósito escancarado em prejuízo do negro que não se fazia compreender o presente e as exigências revolucionárias que eram cabidas. Em outras palavras, o sistema tácito de prejuízo à população negra não ascendia à esfera da consciência social, que ao passo que considerava atitudes preconceituosas e discriminantes como reprováveis, insistiam numa orientação que era parte de um tributo às tradições deformadas em seus modos de ser, pensar e agir advindos do passado escravista.

Fernandes (2008) conclui que, invariavelmente, o fruto de tal dinâmica se apresenta na ideia de que o padrão brasileiro de relações entre negros e brancos estaria acomodado dentro dos limites republicanos vigentes, engendrando-se, assim, o mito da democracia racial. Baseado em uma construção arrastada ao longo do tempo que, tendo por norte uma ilustração do jugo escravista de “pouco fel”, doce e cristãmente humano, não se sustentava na sociedade escravocrata e senhorial. A chave para compreensão de tal processo aparenta estar na ideia do autor de que a “própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma ‘democracia racial’” (FERNANDES, 2008, p. 309). Ademais, o teste último de uma “filosofia racial democrática” residiria no modo como se lidou com as distorções provocadas pela libertação dos escravos, pela desagregação das formas de trabalho livre já existentes no regime servil, bem como, pela sistematização de assistência que deveria ser dispensada a população negra. Teve, enfim, o mito, tripla incorrência em utilidades práticas, a

saber: a atribuição de incapacidade e irresponsabilidade ao negro por sua própria condição abjeta; a isenção da população branca de compromisso, social e moral, frente aos efeitos sociopáticos do espólio abolicionista e da decorrente deterioração socioeconômica da população negra, e; a revitalização de uma técnica produtora de uma falsa consciência que avaliava as relações raciais por intermédio de exterioridades e aparências de tais ajustamentos.

Em suma, a convicção equivocada produzida gerou uma realidade nacional que considerava o negro como não tendo problemas no Brasil, que a índole do brasileiro impediria distinções raciais, o acesso à acumulação de riqueza, prestígio e ascensão sociais teria sido irrestrito durante a expansão urbano-industrial em São Paulo, a ideia de satisfação do negro com sua própria condição social e, por fim, que a extinção da condição escrava teria resolvido todos os problemas de justiça social entre negros e brancos. Isto evidencia que não houve imposição histórica de ajustamento racial nos âmbitos econômico, social e político, clarificando a teoria de que a persistência de racionalizações do antigo regime decorria do interesse da raça dominante. Esse interesse estaria, por sua vez, enquadrado em duas categorias: o de isenção de culpa das elites e seus círculos sociais, envolvidos na exploração escravagista e do liberto, bem como na política de substituição populacional do negro pelo imigrante europeu, e; na existência de um conflito entre a integração racial democrática e os objetivos de expansão econômica relacionados ao interesse da grande lavoura e seu vínculo com o crescimento. Houve, portanto, a criação de um dilema entre o sacrifício do elemento egresso da escravidão e o fomento do trabalho livre e substituição populacional (FERNANDES, 2008).

Resta a ideia, segundo Fernandes (2008) de que:

[...] as condições de perpetuação parcial das antigas formas de dominação patrimonialista estão na própria raiz do desequilíbrio que se criou (e se acentuou progressivamente, em seguida) entre a ordem racial e a ordem social da sociedade de classes. A democracia surgiu tímida e debilitada em nosso meio. Como seu funcionamento e desenvolvimento normais dependem do poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente, ela forneceu, no início, um palco histórico exclusivo aos poucos grupos sociais que estavam organizados, possuíam técnicas apropriadas para exercer dominação e autoridade e lutavam sem vacilações pelo monopólio do poder (se preciso, sob o manto dos “ideais democráticos”). O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do *antigo regime* e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem racial existentes. Os “brancos” constituirão a “raça dominante” e os “negros” a “raça submetida”. Doutro lado, enquanto o mito da “democracia racial” não puder ser utilizado abertamente, pelos negros e pelos mulatos, como um regulador de seus anseios de classificação e de ascensão sociais, ele será inócuo em termos da própria democratização da ordem racial imperante. A dinamização no sentido democrático e igualitário da ordem racial tem de partir do “elemento de cor”, embora deva ser tolerada, acolhida e sancionada pelos “brancos” em geral. Construído e utilizado para reduzir ao mínimo tal dinamização, o referido mito se converteu numa

formidável barreira ao *progresso* e à *autonomia* do “homem de cor” – ou seja, ao advento da democracia racial no Brasil. (FERNANDES, 2008, p. 326-327).

Desta forma, Florestan tipifica sua compreensão da *democracia racial* enquanto um fenômeno aparente das relações de raça, enquadrando-a como um mito e contrastando as ideias referentes à absorção das interpretações freyreanas do padrão de convivência racial no Brasil. Em sequência, para retomar a perpetuação incompleta de características da escravidão, o sociólogo qualifica os moldes tradicionalistas do antigo regime, concluindo sua contribuição utilizada na presente pesquisa. Fernandes (2008) inicia esta subseção do terceiro capítulo reafirmando que a ordem racial elaborado no passado permaneceu quase intacto entre a desagregação da sociedade estamental e os primeiros desenvolvimentos capitalistas em São Paulo, significando uma renovação incessante das condições psicossociais e socioculturais que suportavam as antigas estruturas de relações raciais, morfológica ou funcionalmente, embora tenham havido mudanças em outras áreas da vida humana. Encontrou-se, deste modo, vigência a velha etiqueta racial que tutelava o tratamento racial recíproco entre negros e brancos, mantendo as representações de *status* e papéis sociais que conformavam o modo com o qual as pessoas participavam dos direitos e deveres incorporados à ordem social em voga, de acordo com o pertencimento a cada estoque racial. Já alheios às justificações morais da escravidão, as estruturas de manifestação de preconceito e discriminação pouco se modificaram.

Tal condição leva o autor a afirmar que ainda a seu tempo seria perfeitamente lógico e legítimo estudar o passado através do presente, dada a tenacidade com a qual esses arranjos persistiram. Entretanto, por verificar insuficiência de dados que permitissem reconstruir historicamente a mentalidade, comportamento e o funcionamento de instituições, o sociólogo recorre ao desmembramento de três tópicos centrais para realizar sua argumentação. O primeiro diz respeito às expectativas alimentadas, reciprocamente, pelos ajustamentos raciais. Em segundo lugar, o padrão de relação de raça tradicional que transformava assimetria em traços típicos da acomodação racial entre brancos e negros. Por fim, as expressões sociológicas principais da ideologia racial dos brancos em seus círculos sociais dominantes (FERNANDES, 2008).

Para o primeiro tópico, visando melhor compreensão e interpretação, Fernandes (2008) recorre a dez casos de situações concretas, de maneira a explicitar as expectativas que refiam as interações das pessoas enquanto negros e brancos. Os casos relatados discorrem sobre a vida de alguns negros com brancos e imigrantes – geralmente italianos, sempre brancos. Em brincadeiras de criança, nos grupos de futebol, em bailes, nos namoros e no tratamento dispensado aos que conviviam nas casas das famílias tradicionais evidencia-se uma segregação

racial patente, que mantinha clara linha de cor e – guardando, também, relação ao colorismo, isto é, amenização de preconceitos raciais dado o tom de pele mais ou menos retinto –, sobretudo, subentendia espaços e funções sociais relegadas aos negros. Para o autor, os casos referenciados expunham os sentidos das ações e relações e o modo como os agentes se comportavam enquanto elementos raciais na sociedade, evidenciando que não houve libertação dos negros, subjetiva ou objetivamente, de sua condição heteronômica inerente as suas antigas situações. A população negra ocupava, no contexto social, a condição de substituto ou equivalente humano do escravo, liberto ou “cria da casa”, sendo visto e tratado como tal. A resistência a isso era presente, porém, tímida, partia de negros e brancos que se rebelavam contra tais arranjos e, dos informantes dos relatos, se reconhecia abertamente a subserviência do negro e o orgulho emproado do branco. Disto, incorria um reacionarismo branco de não se conformar com os “pretos que não sabiam seus lugares” e, mesmo, de um relato atribuindo tais insurgências à promulgação da legislação trabalhista por Getúlio Vargas. Desta forma, ocorre, conformada numa equivocada *acomodação racial igualitária* a aparência da ordem social democrática, mas a substância dos padrões tradicionalistas pervertendo e assimilando o conteúdo do antigo regime.

O segundo tópico considera a inserção tardia e lenta da população negra nas classes sociais, que ocasionou o não compartilhamento das situações de classes existentes e as relações com os brancos acabaram por não caracterizar relações de classes. Perdurou um molde de tratativas paternalistas que, por sua vez, segundo Florestan, não poderiam sobreviver por falta de condições econômicas, sociais e políticas. As expressões sublinhadas pelo sociólogo fazem menção aos “protetores” brancos e os “protegidos” negros, uma relação onerosa e gratuita ao primeiro, além de insatisfatória e infame ao segundo. A assimetria dos traços típicos incorporados ao crivo da cor da pele produziu um apego as expectativas de comportamento, ideais de personalidade e concepções de *status* e papéis sociais que ordenavam o trato inter-racial. Para o autor, a luta do negro contra o aparato material da condição de escravo teria sido mais fácil do que o combate ao sustentáculo moral personificado na concepção tradicionalista de mundo. Tal ordenamento invisível não se balizava pela ideia de igualdade racial efetiva, mas pela conversão normativa das interações raciais exprimidas pela submissão do negro e supremacia ilimitada branca, é a figura última do tutor e do interdito. O padrão assimétrico discutido produziu, portanto, cinco aspectos básicos, sendo eles:

As consequências dinâmicas do apego ao padrão tradicionalista de acomodação racial; influxos deformadores do padrão de tratamento racial assimétrico na organização da personalidade do “branco”; influxos deformadores do padrão de tratamento racial

assimétrico na organização da personalidade do “negro”; tendências na identificação diferenciadora associadas ao padrão assimétrico de relação racial; efeitos específicos da ausência de reciprocidade de perspectivas nas relações raciais (FERNANDES, 2008, p. 354).

Destes aspectos básicos decorriam o ideário que destilava as máximas do “bom negro”, “parte da família”, “negro só serve para trabalhos braçais”, “negro safado”, etc. Incorpora-se, também, a ridicularização dos traços negroides, nas expressões estigmatizantes como “cabelo de negro” ou “pixaim”, “negro beíçudo”, “sujo que nem negro”, etc. Isso promoveu uma redefinição da personalidade do negro, desfavorável à própria aceitação como um igual e, por outro lado, a degradação do indivíduo negro, permitindo tratamento degradante do branco.

Em sequência, Fernandes (2008) apresenta a interpretação de que a ideologia racial que imperava era tipicamente a de uma sociedade estratificada racialmente. Tal conclusão é importante para o confronto das ideias de harmonia racial e da escravidão amena. Por outro lado, Florestan observa, pelas consequências da desagregação do regime servil e pelo conflito com a ordem social emergente, uma crise nesta ideologia, que hiperdimensionou, nos círculos sociais dominantes, o apego reacionário às atitudes e valores sociais obsoletos. Tal dinâmica condicionou a efervescência de um orgulho racial entre as elites, personificado na intransigência ao casamento misto e prerrogativas de domínio total da raça branca, bem como insatisfação generalizada com a nivelção jurídico-política com os brancos da plebe. Por fim, o sociólogo considera a sobrevivência da antiga ideologia racial na sociedade capitalista como sendo fruto da visão de que os problemas do negro estão dispostos a partir da perspectiva de uma falsa consciência da situação de contato racial. Por outro lado, os juízos práticos partem do pressuposto fundamental da condição heteronômica do negro, que é a base moral e material do padrão tradicionalista e assimétrico das relações raciais. Essas duas circunstâncias produziram uma visão irrealista, romântica e inoperante da situação racial, além de uma identificação emocional antes de refletida e racional da condição do negro, incorrendo em ignorância dos problemas reais ou indiferença frente as atitudes necessárias para sua correção.

Apresentando certo ineditismo em suas interpretações socioeconômicas, Florestan permite enquadrar a herança de aspectos centrais das relações de raça na transição dos sistemas produtivos em São Paulo e uma tipificação para o caso brasileiro. Fica evidente o afastamento disposto ao ensaísmo de Gilberto Freyre, mais que isso, ao se valer de ferramentas semelhantes, produz uma interpretação concreta da reprodução social de símbolos e valores não pertencentes ao que ele chamou de *ordem social competitiva*. Justamente pelo seu rigor metodológico, dados etnográficos, censitários, de saúde e, mesmo, relatos biográficos permitem, com novos olhos,

compreender a transposição inexata dos padrões raciais do antigo regime na sociedade contemporânea. Embora tenham sido feitas algumas críticas e ressalvas, a manutenção de um horizonte revolucionário e de transformação social, identificado no primeiro capítulo da presente pesquisa e, mesmo, na recuperação da obra aqui trabalhada, permite devolver a ingerência à população negra no processo de construção histórica e na interlocução do mesmo. Florestan acredita, através do que ele chama de “meio negro”, que a participação na livre discussão e na própria luta contra as iniquidades da dominação racial posta em voga na convivência social brasileira, possa ser superada, pelas novas perspectivas criadas junto a democratização de direitos e garantias da coletividade. Em sequência, encerra-se a tríade proposta que considera autor, obra e público, na discussão sobre a transposição das ideias discutidas junto a sociedade de forma geral.

4 A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS: A CONSUBSTANCIAÇÃO DA LITERATURA ACADÊMICA E O SENSO COMUM

O presente capítulo aborda o reflexo e as implicações das contribuições apresentadas, fechando assim a tríade autor-obra-público que direciona este esforço de pesquisa. Como pôde-se observar, os autores representam, de certa forma, a corporificação do pensamento sociológico cada um à sua época. Suas obras têm o papel de romper com o paradigma de interpretação do Brasil em seu recorte racial vigente, reanimando com suas novas teses o debate que as circundou e deixando em seu legado uma corrente de discípulos e seguidores. A seguir, em um primeiro momento, dispõem-se as bases teóricas que fundamentam a ideia aqui trazida de transposição das interpretações acadêmicas ao seio da sociedade. Em sequência, apresentam-se as evidências desta proposição, primeiro com o debate gerado pelo contraste das ideias decorrentes das obras de Freyre e Florestan.

4.1 CULTURAS RESIDUAIS E EMERGENTES: A BASE TEÓRICA DA TRANSPOSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE RAÇA A PARTIR DA BASE MATERIAL

A identificação da proposição acerca da transposição das interpretações apresentadas junto a sociedade parte da teoria cultural marxista, trazida aqui pela contribuição de Raymond Williams. Compreende-se que resta na conformação sociocultural decorrente do desenvolvimento dos modos de produção uma maneira de se observar a relação obra-público da tríade de Antonio Candido. Isto é, antes de que os textos dos autores tenham validade na sociedade, um processo dinâmico multiplamente determinado se mantém em atividade estabelecendo os limites pelos quais se reproduzem as ideias em aceitação e vigência. Em outras palavras, as interpretações das relações raciais trazidas até aqui são expressões ideológicas finalísticas de um sistema de manutenção, criação e rechaça dos componentes de sociabilização de uma sociedade. Ou, também, a realização do concreto observado se dá a partir desse processo dinâmico, sendo abstraído e transformado no concreto pensado – esclarecendo que este é o método pelo qual Florestan conclui sua interpretação, enquanto para Freyre a observação do concreto produz imediata abstração traduzida em seu ensaio.

Desta forma, Williams (2005) apresenta uma abordagem moderna desta análise, considerando a questão da base determinante e da superestrutura determinada, isto é, o modo de produção e os símbolos, valores, instituições e cultura de uma sociedade. No entanto, ele ressalva que outro problema central deve ser explicitado, a saber: a concepção de que a

existência social determina a consciência. Isso subentende a aproximação de dificuldades conceituais expressas a partir de uma barreira linguística expressa pela palavra determinação. Enquanto negação de uma determinação da superestrutura pela base em um espaço fixo e definido, tem-se, para Marx, a rechaça de uma versão de consciência abstrata e determinante. Em outras palavras, é o confronto do termo em seu aspecto com certa herança teológica – em sua noção de causa externa preditiva capaz de controlar toda atividade futura – com a noção enquanto algo que estabelece limites, exercendo pressões. Aqui o interesse é escapar da primeira noção, que vem sendo recorrentemente utilizada em análises culturais marxistas. Em sequência, serão discutidas as categorias que completam o quadro da teoria cultural marxista utilizado. Explicitam-se a superestrutura, a base e as forças produtivas, a totalidade, a hegemonia e, por fim, as culturas residuais e emergentes.

Superestrutura, após Marx, tomou o sentido de um campo unitário no qual as atividades culturais e ideológicas se situariam. A conceituação mais simples do termo, mas ainda em uso, considera o reflexo, a imitação ou a reprodução da realidade da base na superestrutura. Contudo, no próprio Marx e pelas correspondências de Engels são feitas restrições quanto a especificidade de atividades superestruturais. A primeira fase dessas restrições considera um aspecto operacional e partem da inclusão de defasagens, complicações técnicas e modos indiretos que se apresentariam como barreira ao reflexo perfeito da base na superestrutura – um exemplo disso, dentro de algumas atividades culturais que se distanciam das atividades econômicas primárias, é a própria filosofia. A segunda fase considera o processo da relação reflexiva discutida. É através de uma avaliação substancial dessa dinâmica, antes tida como espelhamento de aspectos da materialidade econômica para o campo cultural, que se observa a noção de mediação, que toma forma de ocorrência ativa. Por conseguinte, se constituiu a ideia de estruturas homólogas, significando uma correspondência entre si que pode ser descoberta, mas que em nada se verifica uma reprodução direta ou um reflexo imediato (WILLIAMS, 2005).

Para contextualizar com o caso brasileiro, Rocha (2009) aponta uma interpretação entre base e superestrutura para Caio Prado Jr. que, de certa forma, contraria as noções expostas através de Williams (2005). Para Caio Prado, a base econômica mercantil teria agido diretamente na construção da superestrutura nacional, sem que houvesse grandes mediações, resultando em um aparato institucional que se alteraria sem maiores inércias. As conclusões apresentadas em *A integração do negro na sociedade de classes* contrariam essa noção, demonstrando uma tendência de manutenção e aprofundamento de um aparato institucional

débil, enquanto em *Casa-grande & senzala* este teria sido fruto da junção das psiques e interações do branco, do negro e do índio.

Segundo Williams (2005), base dirá respeito a um processo e não um estado. Isso significa que não existem propriedades fixas que sejam transpostas subsequentemente aos processos variáveis da superestrutura. Base é, portanto, um conjunto de atividades específica de seres humanos em relações sociais e econômicas reais, contendo contradições e variações fundamentais, o que as caracterizam como um processo dinâmico. Por sua vez, as forças produtivas devem ser entendidas para além da produção primária das relações econômicas, considerando a produção primária da própria sociedade e dos seres humanos, isto é, a produção e reprodução material da vida real. Surge, a partir das limitações apresentadas, uma proposição alternativa, associada a Lukács, que é a ênfase na totalidade. Ela vem, no entanto, ao passo que se opõe as noções estáticas de base e superestrutura consequente, propor uma abordagem através da compreensão da totalidade de práticas sociais, assemelhando-se a ideia da existência social determinando a consciência. Para escapar de obviedades e generalizações, uma abordagem da totalidade deve englobar a existência simultânea da intenção. Uma sociedade, enquanto conjunto de práticas é, também, possuidora de uma organização e estrutura específicas que, como tais, podem ser compreendidos como diretamente relacionados a intenções sociais, estas que se apresentam como domínio de determinada classe.

Decorrente da totalidade, pode-se enfatizar a questão da hegemonia. Williams (2005) aponta como uma das grandes contribuições de Gramsci sua ênfase à questão da hegemonia. Esta supõe a existência de algo total, afastado de caráter secundário ou meramente superestrutural, que constitui o limite e a substância do senso comum ao ser vivida numa profundidade capaz de saturar a sociedade. Corresponde à realidade da experiência social de forma mais evidente do que as derivações de base e superestrutura. Ela se apresenta com elementos de mudanças reais e constantes, de maneira não-unívoca sendo que suas próprias estruturas internas são complexas necessitando renovação, recriação e defesas constantes, podendo ser, por outro lado, continuamente desafiadas e modificadas. Para o autor essas ideias se condensam num modelo teórico que entende haver, em qualquer sociedade, um sistema central dominante e efetivo, que não é abstrato, mas organizado e vivido. Este é formado por significados e valores que se confirmam uns aos outros ao serem vividos e constituem o que a sociedade em geral concebe como o sentido da realidade, absoluta pois recorrentemente experimentada, estabelecendo uma dificuldade de se ir além dessa realidade para a maioria das pessoas em diversos setores de suas vidas.

Assim se expressa uma cultura dominante e efetiva que só pode ser entendida se compreendermos o processo do qual ela depende, o da incorporação. Os modos pelo qual a incorporação acontece têm grande significado social, sendo as instituições educacionais os agentes principais na transmissão de uma cultura efetiva e dominante, já que se trata de uma atividade de extrema importância, econômica e culturalmente. Para além, filosoficamente, existe um processo de tradição seletiva. É o que se transmite como “a tradição” ou “o passado importante” no interior da cultura dominante. Sendo mais importante a seleção do que propriamente a tradição, ou seja, o modo pelo qual dentro de diversas possibilidades de passado e presente enfatizam-se alguns significados e práticas, enquanto há exclusão e negligência de outros. Isso implica em mais uma peculiaridade que é, na reelaboração contínua da cultura dominante efetiva, a existência de significados e valores alternativos, que podem ser até mesmo acomodados em seu processo de elaboração, ou mesmo, as oposições reais (WILLIAMS, 2005).

Para encerrar o quadro que, resumidamente, dá conta do aporte teórico que direciona as conclusões da presente pesquisa, discutem-se as culturas residuais e emergentes, que compreendem tanto os significados e valores alternativos como os de oposição. Entende-se por residuais, experiências, significados e valores que não se verificam como cultura dominante – nem mesmo podem ser expressos em seus termos – mas são praticados e vividos sobre a base de um resíduo, tanto cultural quanto social, de formações sociais prévias. Enquanto ela toma forma de uma incorporação de parte importante do passado é, também uma concessão no sentido de que a cultura dominante não poderia permitir muitas dessas práticas e experiências sem colocar em risco seu domínio. Compreende-se por emergentes os novos significados e valores, novas significações e experiências que são criadas continuamente. Mais que isso, além de surgirem constantemente, a tentativa de sua incorporação é imediata. Aqui se explicita uma relação muito importante para esta análise. A manifestação de uma relação temporal de coexistência da cultura dominante de um lado, a residual de outro e a emergente em mais um outro. Enfim, é crucial que se possa, partindo da teoria da cultura marxista, dar explicação à origem dessas práticas e significados e o maior desafio teórico é encontrar um sentido da prática cultural emergente que não seja metafísico ou subjetivo. Adiantando, parte da resposta reside no processo de persistência das práticas residuais (WILLIAMS, 2005).

Pode-se inferir, portanto, que a ideologia racial dominante, expressa a partir de Fernandes (2008), faz parte de um conjunto que alterna culturas residuais e emergentes, impondo novos arranjos sociais e de convívio, ao passo que mantêm aspectos tradicionais que contrariam a lógica do modo de produção vigente. Ao identificá-las Florestan contribui para a noção de que a construção superestrutural da sociedade pode ser tipificada como se seguiu,

corroborando com a aplicação desse quadro na interpretação de história econômica. Em sequência, observar-se-á um recorte do processo reflexivo apresentado, concernente às relações de raça e as obras apresentadas.

4.2 A TEMPO E FORA DE TEMPO: OBRAS SELECIONADAS COMO CENTRO DO DEBATE

As duas principais obras trazidas no capítulo anterior, embora tenham suas publicações separadas por pouco mais de trinta anos, não descontextualizam o ponto de vista dos autores. Isto é, com um olhar mais abrangente, pode-se perceber que as ideias defendidas nestas obras, ora amadurecem, ora sofrem algumas revisões, mas de forma alguma são superadas pelos autores ao longo de suas demais obras. Essa afirmação se faz necessária ao considerar as críticas que tomam lugar na ambientação do debate entre Florestan e Freyre, implicando que suas posições não possam ser de nenhum modo somente datadas ou fruto de seus tempos. A importância disso é qualificar suas produções como construções filosóficas resultantes do próprio contexto social e interesse ideológico reconstituído neste primeiro capítulo, afastando-se, assim, a noção de que quaisquer críticas apresentadas sejam anacrônicas.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães empresta uma perspectiva rica, reconstruindo a trajetória do conceito *democracia racial* e ambientando o debate entre Freyre e Florestan, além de explorar minuciosamente aspectos da obra deste último. As diversas avaliações sobre a questão racial à época, bem como, acerca dos relatórios incentivados pela UNESCO fornecem pano de fundo ao debate abordado. Partindo dessas perspectivas, organizam-se as ideias presentes nessa subseção.

Para recuperar a definição de democracia racial, aqui recorre-se à contribuição de Guimarães (2002). Ao reconstruir a trajetória do conceito, o autor apresenta três conformações que este toma ao longo do século XX, qualificando a expressão em sua evolução pelo tempo como um ideal, um pacto e, finalmente, um mito. A metáfora política que se refere à democracia racial é atribuída a Gilberto Freyre, apesar de não aparecer em suas obras mais importantes e, mesmo, estar ausente da literatura até 1950 (GUIMARÃES, 2002).

As teorias de Gilberto Freyre sobre formação do Brasil repercutiram no estudo das relações raciais e, também, no modo como estas eram enxergadas no exterior, como demonstrado no primeiro capítulo. Se difundia a ideia de que aqui havia uma espécie de paraíso racial. Para o resto do mundo essa ideia se justificava, dada a segregação legal nos EUA e o apartheid na África do Sul. Enquanto ideal, o conceito se apresenta como um ideário de

inexistência de preconceitos e discriminação racial, reiterado pela inexistência de uma “linha de cor”, ou seja, uma barreira legal que fosse capaz de impedir o acesso dos diferentes grupos étnicos da população a cargos oficiais, posição de prestígio e de riqueza. (GUIMARÃES, 2002).

Segundo o autor, isso produziu uma imagem deturpada da realidade brasileira, que é tratada na historiografia como o mito do paraíso racial, pois, apesar de ser basilar a construção da democracia racial, foi difundido durante o período de abolição da escravatura, a Primeira República e o Estado Novo. É a partir deste momento que se passa a qualificar a democracia racial como um pacto, aceito e entendido pela sociedade como uma realidade, podendo circunscrever a atuação dos movimentos negros à essa ideia. Somente a partir da democratização do país em 1945, alguns efeitos perversos desse ideário – como a autoflagelação dos movimentos negros no sentido de atribuir o preconceito racial como resultado de uma degenerescência e fraqueza moral próprios – puderam ser superados, entretanto abriu-se espaço a democracia racial como um ideal. Surgem novas organizações negras que puderam ser incorporadas, como o Teatro Experimental Negro (TEN), tendo como referência Abdias do Nascimento.

Em um segundo momento, Guimarães (2002) traz a reconstrução do conceito aqui tratado através das impressões de Roger Bastide sobre as relações raciais, influenciadas por Gilberto Freyre e, posteriormente, por Florestan Fernandes. Por contribuir recorrentemente para a imprensa, Bastide em suas primeiras reflexões acabou por aproximar sua interpretação acerca dos escritos de Gilberto Freyre do senso comum, difundindo e transformando o que Freyre se referiu como “democracia social e étnica” em “democracia racial”. Por um lado, a negação da qualificação de raça em seu aspecto biológico que a democracia racial trazia consigo, permitiu negar a irreversibilidade da inferioridade moral, psicológica e intelectual do negro. Por outro, a vulgarização do termo *cultura*, introduzido no debate pelos cientistas sociais, não possibilitou a expulsão dos estereótipos negativos que atingiam a população negra, permanecendo intactos (GUIMARÃES, 2002).

Deve-se acrescentar que nesse período há uma convergência no pensamento das relações raciais que culminou em dois aspectos: a apropriação e reinvenção da cultura afro-brasileira, por artistas e antropólogos brancos, por um lado, e; o debate sobre a existência ou não de preconceito racial em âmbito nacional, por outro. A ideia de que o Brasil era um país em que se encontrava “os mais avançados padrões de democracia racial” (NASCIMENTO, 1968:56 apud. GUIMARÃES, 2002:146) estava presente até mesmo no discurso dos líderes do movimento negro – o que reforça a ideia de democracia racial enquanto um pacto. No entanto,

estes não deixavam de salientar que ainda havia resquícios de discriminação, mais que isso, neste momento surge a ideia de que a abolição não teria sido completa, já que não houve uma integração completa do negro ao capitalismo brasileiro, conformando-se a ideia de uma Segunda Abolição – ideia que afirma a democracia racial enquanto um ideal a ser buscado.

É neste contexto que se qualifica a democracia racial como algo a ser atingido, pretendido pela sociedade e pelos os movimentos negros atuantes. Aqui, pode-se partir para os últimos desdobramentos, pela contribuição de Florestan Fernandes em contraponto às ideias de Gilberto Freyre, sendo possível compreender a democracia racial como um mito. Bastide se une a Florestan Fernandes para realizar um relatório à UNESCO, publicado em 1955, enfim contrariando a ideia difundida mundialmente que no Brasil não havia preconceito racial (GUIMARÃES, 2002). O documento, intitulado *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* contribui para consolidar a obra *A integração do negro na sociedade de classes*, publicada posteriormente.

Evangelista (1999) aponta direções que explicam o interesse da UNESCO em produzir estudos sobre a questão racial. De início, o principal motivador é de fato a convivência harmônica entre os povos, haja visto que a questão racial se coloca como uma barreira para a manutenção de um mundo pacificado, principalmente após a Segunda Guerra. Assim, ainda segundo a autora, a UNESCO se coloca como promotora de uma “cultura da paz”, promovendo e incentivando a produção científica sobre o tema com o objetivo de criar resoluções, programas de ação, pactos e, mesmo, convenções. No entanto, o foco da UNESCO no Brasil está marcado por esperanças e preocupações, o que Evangelista (1999) expõe através da investigação de artigos de Alfred Métraux. Estes artigos salientam estudos que indicavam uma existência de certa harmonia racial no país e consideravam que o caso brasileiro serviria de contra-argumento às medidas discriminatórias e segregacionistas que se baseavam na ideia de que a miscigenação trazia malefícios. Por outro lado, organizações negras denunciavam uma realidade diferente desta. A preocupação de Métraux se dava acerca dos limites da aplicação de um questionário em um Brasil envergonhado de admitir o próprio preconceito. Houve, além disso, o receio de que essa metodologia poderia “despertar a consciência dos brasileiros para as diferenças entre as raças, por eles até então supostamente desprezadas, e também o risco da eclosão dos antagonismos latentes” (EVANGELISTA, 1999:180). Ademais, vale ressaltar que Charles Wagley acabaria por introduzir o termo “democracia racial” nessa série de estudos que a UNESCO patrocinou pela década de 1950 (GUIMARÃES, 2002).

Por fim, segundo Guimarães (2002), o mito da democracia racial é denunciado por Florestan em 1964, respaldando a resistência dos movimentos negros nas décadas seguintes.

Durante esse período a academia passa a compreender a formação nacional e as contradições entre a prática e o discurso relativo ao preconceito racial nessas bases, cunhando termos como “racismo à brasileira” (DAMATTA, 1981 apud, GUIMARÃES, 2002:165), que foi substituído por sua contraparte, mais próxima do senso comum, o “racismo cordial” (FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA, 1995 apud. GUIMARÃES, 2002). Guimarães (2002) conclui que essa exposição é relevante para compreender que há uma distância grande entre os discursos e as práticas das relações raciais no Brasil, embora não se possa ter somente essa ideia maniqueísta presente no pensamento de Freyre e Florestan. Isto se dá porque, independentemente do modo como se classificam as pessoas, permanecem os fatos da desigualdade entre brancos e negros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o presente esforço de pesquisa, pode-se explicitar dois pontos principais obtidos como resultado do trabalho. O primeiro diz respeito à tipificação da origem e manutenção de comportamentos raciais. O segundo, em consonância com o primeiro, tem relação com a consolidação de um horizonte de pesquisa que permite investigar um sem número de implicações culturais partindo da recuperação histórico-econômica. O caminho construído ao longo da dissertação permitiu, ainda que em um quadro reduzido, conceber uma avaliação das proposições dos dois autores selecionados e identificar a reprodução de suas ideias no seio da sociedade. Mais que isso, foi possível compreender a dinâmica pela qual se compreendem os símbolos, significados e valores que orientam a sociabilização de um determinado conjunto. Ou seja, é cabível dizer – parafraseando Marx e Engels em *Ideologia Alemã* – que por um processo multideterminado, as ideias da classe dominante conformam-se como as ideias dominantes e estas, submetidas ao desenvolvimento histórico dos modos de produção, a luta de classes e a própria disputa filosófica das ideias, moldam o espírito da época e a noção das pessoas da realidade em que estão inseridas.

Dentro deste contexto, foram apresentados os modos como os autores selecionados constituíram-se no primeiro elemento-chave da tríade de Antonio Candido. Apresentou-se a condição social, as influências teóricas, as obras, as atividades políticas, as afiliações em escolas de pensamento e os métodos que aderiram. Deve-se ressaltar, no entanto, que o ambiente importa ao fazer científico, isto é, não há qualquer produção de ciência que seja ultimamente livre de ideologia. Os autores demonstram, com maior ou menor clareza, uma agenda política que propicia a compreensão de suas intenções ou, ainda, de suas bases ideológicas. Ao se contrapor as teorias racistas da época, ao mesmo tempo que se punha em passo a reinvenção da brasilidade e da compreensão de cultura, Freyre produz um ideário conciliador de interpretação com forte viés na aculturação. Ainda que não se possa atribuir total intencionalidade, o fato é que suas conclusões produziram um véu sobre o real estado das relações de raça, facilitando a recuperação de valores e práticas arcaicas. Que se tenha atenção que não se atribui o processo de manutenção da socialização de moldes escravagistas ao autor, mas concebe-se, dentro de uma dinâmica multideterminada, influência do mesmo, principalmente aos meios eruditos e internacional, sem excluir-se o senso comum.

Por outro lado, a atuação política de Florestan assevera sua posição transformadora da sociedade. A revolução é tema recorrente de suas reflexões, mas não somente, a crença na práxis o transformou em um intelectual orgânico que muito contribuiu ao movimento dos

trabalhadores e negro. Sua atuação política, voltada principalmente à educação, também considerava o poder revolucionário do ensino, tendo a si mesmo como evidência. Mais que isso, os elementos principais d'*A integração do negro na sociedade de classes*, externam suas maiores preocupações enquanto acadêmico e militante. A desigualdade social e econômica, as perversidades produzidas pelo capitalismo, a segregação proveniente dos diferenciais educacionais entre classes e raças, a promoção da pauperização, miséria e anomia dentro do sistema de classes, dentre outros, surgiram e mantiveram-se como o mote do fazer político e acadêmico de Florestan. Sem a intenção de hiperdimensionar a importância da origem dos autores, é inegável que enquanto um apresenta a perspectiva da casa-grande, o outro se aproxima mais da senzala, embora não fosse negro e tenha tido consciência disso.

Freyre não escondia o saudosismo com o qual tratava o passado escravagista e seu uso recorrente da primeira pessoa parece indicar a vivência dos velhos modos de vida, senão isto, com certeza aponta o resquício de seu pertencimento à condição senhorial. Não cabe aqui julgar as intenções do consagrado sociólogo – embora ele mesmo não gostasse de tal alcunha –, de toda forma, por melhores que tenham sido em afastar a crueldade e o anticientificismo do racismo que tinha por bases a inferioridade genética, Freyre apresentou um apego ao passado que produziu uma visão maleficamente fantasiosa. Florestan, por sua vez, dá conta de uma vida de trabalho ainda muito jovem, uma educação tardia e, nem tanto como acaso, sua ascensão dada a possibilidade de realizar seus estudos superiores. O próprio sociólogo reconhecia a linha de cor como um fator que não impediu sua ascensão social, o que não ocorreu com diversos de seus companheiros de juventude. Isto não deixou de se manifestar em seus escritos, sendo que grande parte d'*A integração do negro na sociedade de classes* dá conta da inclusão sistemática do imigrante branco em diversos estratos da sociedade, em detrimento da população negra.

Acerca da segunda parte da tríade *autor-obra-público*, tem-se que a integralidade das ideias exibidas não poderia ser mais harmônica. A justaposição das duas obras permitiu uma clara percepção da diferença de resultados a partir da aplicação de métodos diferentes. O objeto, ainda que tenha sido manifesto com bases distintas e sob argumentação extremamente díspar, trata ultimamente das relações de raça, servindo de bússola para a contemporaneidade a qual se referiam. Aqui, se assume que isto é efeito do reflexo e determinação múltipla da superestrutura em relação a base material, premissa sem a qual não se consegue conceber a origem, sentido e direção das relações de raça expressadas. Enquanto para Freyre a herança da interrelação português-índio-negro produziu as marcas características de nossa sociedade, em sentido positivo, Florestan demarca a sobrevivência de condutas descoladas da nova ordem social em desenvolvimento. Sob análise do mesmo processo, escapa para Freyre os mecanismos de

manutenção da velha ordem com roupagem modernizada pelo ímpeto capitalista-assalariado e, assim, seus resultados ora se voltam aos aspectos sociais secundários, ora amenizam expressões vis do antigo regime. Sua obra é, ao mesmo tempo, vítima e perpetradora da inércia aos comportamentos raciais pejorativos que se veem ao presente tempo.

Por outro lado, ainda que Florestan não apresente o marco teórico trazido no presente trabalho, suas conclusões são quase que em sua totalidade convergentes com esta proposição. Suas exposições são facilmente enquadradas como culturas residuais e emergentes, a partir de um sistema que incorporou, corrigiu e, sobretudo, manteve aspectos arcaicos de socialização entre raças. Florestan identifica o sustentáculo da ideologia da elite em seu anacronismo de superioridade racial e reacionarismo avesso às novas ideias democráticas e libertárias. Essas são expressões perfeitas da lógica reflexiva da superestrutura. Em outras palavras, a disputa de ideias, calcada na resistência das camadas dominadas e suas expressões nos mais diversos estratos da sociedade, conflitam com as noções dominantes correspondentes às elites, isto é, a luta de classes em seu recorte de gênero e raça permite modificar os moldes sociais referidos, sendo mais ou menos correspondentes à integralidade das ideias dominantes.

Deste modo, a perspectiva incorporada em conjunto com as proposições de Élide Rugai Bastos e Antonio Candido permite a tipificação de um processo complexo de construção de aspectos acessórios ao modo de produção. Refere-se à formação da superestrutura no que concerne as relações de raça – aqui confrontada partindo da contribuição biunívoca de Freyre e Florestan –, considerando uma trajetória específica que toma forma na interpretação dos autores, que por sua vez, partem da realidade, podendo mais do que explicá-la, modificá-la marginalmente. No processo referido, reuniram-se: como expressão do tempo, a desarticulação do regime servil para o assalariado; como espaço, o Brasil e a interação multirracial em suas castas e classes, e; suas dimensões econômica, cultural, política e social estão exprimidas pela condição de vida e emprego, aceitação e rechaça de características culturais, atuação dos movimentos identitários e percepção social negras. Esse movimento compreende a calcificação das relações de raça ao longo do tempo, dando conta da profundidade que dá base a superfície vivida por todos. A relevância está na significação atribuída as características normalizadas na sociedade.

Os preconceitos raciais, as pechas destinadas aos negros, a exclusão do mercado formal de trabalho, o acesso reduzido à saúde e educação, a hereditariedade de postos de trabalho preteridos e ao trabalho doméstico remunerado – como no caso das mulheres negras –, isto é, toda a estrutura de segregação racial tácita que se formou no Brasil, se justifica como evidências de uma cultura residual e, quando toma nova forma se apresenta como cultura emergente.

Apesar de serem tipos característicos de tal dinâmica marginalizante, estes não são o cerne da questão, que se enraíza na crença de superioridade racial posta em marcha no período escravista, no caso brasileiro, explicando, ultimamente, a existência de tal sistema acessório do capitalismo nacional.

Assim, resta falar do modo como se imprimiu, marginal e superficialmente, as teorias apresentadas a partir das obras selecionadas. A maior expressão deste desenvolvimento se apresentou pelo debate acerca da *democracia racial*. O que é chave para a presente discussão é a ideia de que, ao mesmo tempo que as ideias dispostas modificam a percepção das relações raciais marginal e superficialmente, estas emprestam características tanto mais ou menos perenes a noção racial da sociedade. A sobrevivência de manifestações relativas a *democracia racial* até os dias atuais, a demanda por uma Segunda Abolição, a modificação da autoimagem do negro ao longo do século passado, indo de uma degenerescência própria à compreensão de sua exclusão sistemática da sociedade e da existência de uma dívida histórica, a atribuição da indolência ao índio e a malandragem ao negro, além das mais variadas ofensas raciais, os processos de aculturação nos diversos círculos, como religiosos, musicais, modos de vida, etc. São todos indicativos de elementos que se popularizaram por intermédio das interpretações apresentadas, fazendo parte desta determinação dual. É um discurso emprestado de uma observação da realidade e tem efeito de manter ou mudar os rumos do estado atual dessa compreensão.

Aqui, argumenta-se que, partindo de uma visão centrada no elemento branco e racialmente dominante, Freyre não só interpretou como construiu uma narrativa que permitiu a manutenção de uma ideologia racial dominante, embora modificada de seu antecedente pseudocientífico. Florestan, por seu turno, possibilitou novo rumo à compreensão da condição social do negro por ele mesmo, munindo os movimentos de elementos de contestação e rechaça dos ideais dominantes. O desenrolar histórico desse debate demonstrou com clareza a disputa dos fundamentos da segregação racial tácita em voga no Brasil. Ao mesmo tempo que o sociólogo ajuda a desvelar aspectos centrais desse sistema deletério, a conjunção com o movimento negro permitiu a retomada de uma elocução por parte da própria população negra. A luta de classes pôde, após um longo hiato, estar cingida das cores que compunham a força de trabalho nacional e avançando-se, assim, o debate pela autodeterminação dos negros no Brasil.

Por fim, uma contribuição relevante do presente trabalho está no arcabouço delimitado para a compreensão das expressões superestruturais das relações de raça partindo de um contexto histórico-social-econômico. Ou seja, as condições observadas de dados socioeconômicos com recorte racial e de gênero possuem uma significação que está além do

momento pontual em que são contempladas. Sua construção histórica e a explicação concreta está obviamente relacionada com o racismo estrutural e o patriarcado em vigência no capitalismo; entretanto, a documentação histórico-econômica não costuma dar conta da interação destas estruturas de poder com o desenvolvimento dos modos de produção abordados. Esta abordagem permite, na mesma direção em que atuou Florestan, manter a interlocução da história e desenvolvimento ativo da nossa sociedade com os agentes que a constroem. A partir da observação desse referencial teórico é possível acessar uma compreensão integral da conformação da superestrutura, recorrendo ao mesmo materialismo histórico-dialético utilizado para a assimilação dos modos de produção. É improvável que a absorção em sua totalidade das expressões de símbolos, valores, significados e instituições de um período possa ser concebida sem a utilização de um método que considere a realidade concreta, uma abstração materialista e a posterior configuração da realidade pensada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira A. de et al (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 23 maio 2018
- ANDREWS, George R. **Blacks & whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988**. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- ARAÚJO, Ricardo B. de. **Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- ARRUDA, Maria A. do N. A sociologia de Florestan Fernandes. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, p. 9-27, jun. 2010.
- ARRUDA, Maria A. do N. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru, SP, Edusc, 2001.
- BASTOS, Élide R. A construção do debate Sociológico no Brasil. **Ideias**, [S.l.], v. 4, p. 287-300, abr. 2014.
- BASTOS, Élide R. **Gilberto Freyre: a cidade como personagem**. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-159, jun. 2012.
- CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CARDOSO, Fernando. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **Blogue de História Lusófona**, ano 6, p. 261-280, set, 2011.
- DÁVILA, Jerry. **Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano**. História Social, 19, p. 135-148, 2010.
- EVANGELISTA, Ely G. dos S. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Campinas, SP: [s. n.], 1999.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. V. 1
- FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição par o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. Depoimento sobre Hermínio Sacchetta. In: SACCHETTA, Hermínio (org.). **O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos**. Campinas: Pontes/Ed. Unicamp, 1992. p. 75-79.

- FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos.** São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal.** Tempo Social, 19(2), 293-323, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Arthur de Gobineau and Gilberto Freyre: An improbable meeting, a possible approach.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 371-390, Dez. 2015
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Social life in Brazil in the Middle of the Nineteenth Century.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 5, No. 4. pp. 597-630. Duke University Press, 1922.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1959.
- GAHYVA, Helga. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 296-300, Dez. 2011.
- GAHYVA, Helga. **Arthur de Gobineau and Gilberto Freyre: An improbable meeting, a possible approach.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 371-390, Dez. 2015
- GUIMARÃES, Antonio S. A. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Ed. 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. Prefácio In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”).** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. V. 1
- GUIMARÃES, Antonio S. A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, n. 54. São Paulo, 1999
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal. 1979
- IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estud. av.**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, abr. 1996
- IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura da escravatura no Brasil Meridional.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- LIMA, Mário H. G. de. **Gilberto Freyre.** Recife: Massangana, 2010. (Coleção Educadores).
- MAIO, Marcos C. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP.** n.11(1):111-136. São Paulo, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1998.

MOTTA, Roberto. **Gilberto Freyre, René Ribeiro e o projeto Unesco**. Colóquio internacional: O projeto Unesco no Brasil, uma volta crítica 50 anos depois. CEAO/UFBA, 2000

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1. Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

ROCHA, Marco A. M. da, Desenvolvimento nacional, estrutura e superestrutura na obra de Caio Prado Júnior. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, 2009

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, João F. de O. Fernando Ortiz e Gilberto Freyre: aproximações a partir de seus projetos intelectuais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41.. Caxambu, 2017. **GT23 - Pensamento Social**. Caxambu, 2017.

VELHO, Gilberto. Gilberto Freyre: Trajetória e singularidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 58, p. 11-21, set. 2008.

VERSIANI, Flávio R.; NOGUERÓL, Luiz P. F. (org.) **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016.

WILLIAMS, R. A base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, maio 2005.

XAVIER, Libânia. Florestan Fernandes. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.